Translating the Americas Volume 3, 2015 http://dx.doi.org/10.3998/lacs.12338892.0003.001

## "Rosalie . . . minha escrava"

## Rebecca J. Scott

Departamento de História e Faculdade de Direito University of Michigan

## Jean M. Hébrard

Codiretor do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Colonial e Contemporâneo (CRBC)

Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), Paris

Rebecca J. Scott e Jean M. Hébrard, "Rosalie . . . minha escrava", capítulo 2 de *Provas de liberdade: Uma odisseia atlântica na era da emancipação* (Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2014), 39–74.

Traduzido por Vera Joscelyne

Quando a mulher que em breve seria chamada de Rosalie desembarcou de um navio que a trazia para a colônia caribenha francesa de Saint-Domingue, aqueles que a tinham sob controle continuaram o processo pelo qual ela se transformou em uma pessoa mantida como propriedade. Palavras foram trocadas e documentos preenchidos, transferindo para um ou outro residente da colônia a autoridade legal para exercer sobre ela os poderes associados com o direito de propriedade. Categorizada simplesmente como alguma fração de uma *pièce d'Inde* quando foi forçada a entrar em um navio em Senegâmbia, ela agora fora designada como escrava e recebera um nome escolhido pelo comprador. Talvez jovem o bastante para ser poupada da dor de ser marcada com um ferro quente, ela foi, então, entregue à pessoa que dali em diante seria considerada seu dono¹.

<sup>1.</sup> Para uma descrição do processo geral de desembarque e atribuição de nomes, veja Médéric Louis Élie Moreau de Saint-Méry, *Description topographique, physique, civile, politique et historique de la partie française de l'Isle Saint-Domingue*, 2 vols. (Filadélfia; pelo autor, 1797, 1798), 2:685.

A reconstrução da história da vida de uma mulher considerada por lei como alguém sem direitos exige um exame dos registros escritos produzidos por aqueles que afirmavam ter um interesse patrimonial em sua pessoa. No caso de Rosalie de nação Poulard, cinco documentos confirmam sua existência em Saint-Domingue. Três deles foram elaborados na cidade sulina portuária de Jérémie, outro, na aldeia próxima de Les Abricots e o último, em uma igreja da paróquia de Cabo Dame-Marie, algumas léguas a oeste. Esses documentos registram certos aspectos da vida diária de Rosalie, inclusive sua venda de uma família para outra e a mudança potencial em sua condição iniciada por várias tentativas de se tornar livre por alforria. O único documento que reflete sua vida íntima — o batismo de sua filha Élisabeth — só existe porque, em 1799, Rosalie já tinha se tornado uma mulher legalmente livre, para cuja filha o sacramento seria registrado em detalhe pelo sacerdote oficiante, ao contrário do que ocorria nos batismos daqueles nascidos na escravidão².

Os dois homens e a mulher que mantiveram Rosalie como escrava deixaram nos escritórios dos tabeliães locais uma trilha de papéis deles próprios, que nos dá um vislumbre das casas em que ela viveu e revela as íntimas conexões com a África daqueles que se apropriaram dela. Eles próprios eram todos descendentes diretos de africanos; nenhum deles tinha um pai francês; dois tinham sido libertados da escravidão recentemente. Para cada dono, a compra de Rosalie foi parte de uma estratégia para acumular "riqueza em pessoas" em uma casa, um padrão familiar para aqueles que moravam em cidades portuárias no Caribe escravista e em muitas sociedades na costa ocidental da África. A passagem de Saint-Louis du Sénégal para Jérémie em Saint-Domingue era longa, mas essas estruturas de poder e acumulação eram bem conhecidas entre os moradores das cidades nos dois lados do Atlântico.

Os anos que Rosalie passou em Saint-Domingue incluíram a sequência de desafios, revolta, repressão e guerra da Revolução Haitiana e que finalmente provocou a expedição militar francesa de 1802–1803, cujas consequências fizeram com que Rosalie deixasse a ilha. Do ponto de vista das casas e bairros em que ela morava, a dinâmica daquela revolução foi muito além da luta familiar entre "colonos", "negros livres" e "escravos". Os relacionamentos de apadrinhamento, casamento, propriedade legal, alforria e herança atravessavam essas categorias e moldavam o comportamento de Rosalie e daqueles a seu redor.

<sup>2.</sup> Os dois últimos desses documentos (datados de 1799 e 1803) foram elaborados na presença de Michel Vincent e se referem inequivocamente a Marie Françoise, *dite* Rosalie, que mais tarde se identificou como Rosalie Vincent e que era a mãe de Élisabeth Vincent, e portanto a avó de Édouard Tinchant. Os três primeiros documentos (dois datados de 1793 e um de 1795) estão conectados com os outros dois pelo uso superposto por parte de Marthe Guillaume de variantes da frase "Rosalie de nação Poulard". Jérémie era uma pequena cidade cuja população incluía pouquíssimos africanos escravizados designados como Poulard; Michel Vincent aparentemente tinha negócios financeiros diretos com Marthe Guillaume. Parece seguro inferir que todos os cinco documentos se referiam à mesma mulher.

Embora o primeiro encontro de Rosalie com a revolução tenha ocorrido quando ela ainda era escrava, ela iria, no decorrer da década entre 1793 e 1803, se tornar uma mulher livre, parceira conjugal, mãe, e depois refugiada.

O primeiro documento que registra a presença de Rosalie vem de Jérémie em Grand'Anse, um distrito que recebeu esse nome em virtude da ampla enseada (anse) na costa noroeste da faixa de terra que se estende (ao longo de uma linha de falha maciça) ao sul e oeste de Porto Príncipe. O interior da Grand'Anse era intimidador, com trilhas acidentadas e às vezes intransponíveis que levavam a uma sucessão de montanhas desertas. Jérémie fazia parte da rede de circulação marítima caribenha. Os marinheiros que entravam e saíam do porto havia muito estavam familiarizados com Kingston, Curação e Santiago de Cuba, bem como com Léogane ou Porto Príncipe<sup>3</sup>.

Exceto por algumas áreas planas perto da foz dos rios, a terra da Grand'Anse não era apropriada para plantar açúcar, e a economia primitiva da região era modesta, baseada na pesca, no contrabando e em plantações de pequena escala. Como resultado tanto de sua pobreza quanto de sua geografia, a Grand'Anse escapava de grande parte do peso do controle direto por parte das autoridades coloniais francesas. Na década de 1750, no entanto, as autoridades tinham começado a distribuir "concessões" para terrenos no sul da península. Nas partes mais altas, havia bastante solo rico em que plantar os cacaueiros e cafeeiros. Reivindicando terras por concessão real ou comprando pedaços de concessões anteriores, colonos recém-chegados tinham como objetivo obter uma porta para a economia de exportação do Atlântico. Na década de 1770, esses colonos já estavam embarcando seus produtos em navios que iam para o oceano e em escunas litorâneas cujos comandantes também facilitavam um comércio ilegal vigoroso com a Jamaica<sup>4</sup>.

Em termos marítimos, no entanto, Jérémie continuava a ser um porto pouco atraente com um canal raso e uma ancoragem exposta aos ventos do norte. Havia um banco de areia ardiloso para atravessar e nenhum cais a não ser a própria praia, portanto o carregamento e o descarregamento tinham de ser feitos por barcos abertos conhecidos como *canots*. Os estímulos econômicos, apesar disso, eram suficientes para atrair alguns navios grandes, legais ou de contrabando. A partir do começo de 1766, os ingleses haviam autorizado os barcos franceses e espanhóis a parar nos portos da Jamaica, e os comerciantes tinham se apressado para chegar a Kingston e comprar cargas de cativos que seriam vendidos em Saint-Domingue. Os colonos franceses reclamavam, di-

<sup>3.</sup> Jérémie era um dos cinco *quartiers* da Partie du Sud, junto com Petit-Goave, Saint-Louis, Les Cayes e Cap-Tiburon. Moreau de Saint-Méry, *Description topographique*, 2:532.

<sup>4.</sup> Veja Moreau de Saint-Méry, *Description topographique*, 2:762–815; e Keith Anthony Manuel, "Slavery, Coffee, and Family in a Frontier Society: Jérémie and its Hinterland, 1780–1789" (tese de mestrado, University of Florida, Gainesville, 2005).

zendo que não queriam adquirir os "restos" de seus rivais, mas continuavam a comprar<sup>5</sup>.

Geralmente, as concessões iniciais de terra agrícola não contavam com qualquer força de trabalho, e os colonos lutavam para formar *ateliers* (senzalas) de mão de obra cativa para plantar, cultivar e colher as safras. O tráfico de cativos africanos acelerou rapidamente, embora dependesse fortemente dos comerciantes estrangeiros. Em 1784 e uma vez mais em 1786, as autoridades ofereceram aos transportadores uma gratificação — primeiro de 100 e depois de 200 libras — para cada *tête de nègre* (cabeça de negro) introduzida nos distritos do sul<sup>6</sup>.

Navios transatlânticos franceses que estavam envolvidos no tráfico de cativos africanos responderam a esses incentivos. O *Trois Frères*, por exemplo, ancorou em Jérémie em abril de 1789 e desembarcou 80 escravos, a maior parte deles vindos de Angola. *L'Émilie* chegou em setembro de 1790 com mais 150. Em setembro de 1791 o *Nouvel Amour* entregou 339. Muitos escravos também chegavam a Jérémie em barcos que traziam pessoas e mercadorias de outros portos na colônia, inclusive Léogane, Porto Príncipe e Les Cayes, assim como alguns de Cap-Français<sup>7</sup>.

Quando o cronista e jurista Louis Moreau de Saint-Méry visitou o lugar em 1788 descobriu que praticamente todos estavam obcecados com o café. Especuladores e colonos ambiciosos falavam sobre as riquezas a serem obtidas plantando na área montanhosa do interior. No departamento como um todo Moreau contou 118 plantações que se concentravam no cultivo de café junto com cacau, 32 que cultivavam algodão, 10 que produziam índigo e 7 que cultivavam cana de açúcar. Havia também um comércio de madeira a partir do interior, principalmente na região de Plymouth<sup>8</sup>.

A atividade econômica trouxe um desenvolvimento da administração. A autoridade colonial em Jérémie concentrava-se nas instituições conhecidas como o Almirantado e a Sénéchaussée (tribunal de primeira instância) que organizava sessões às sextas e aos sábados, com a ajuda de cinco procuradores, oito tabeliães, sete baillis (juízes), um exempt (alcaide pequeno) e um brigadeiro (ambos oficiais militares), quatro policiais, um étalonneur (encarregado de pesos e medidas) e um carcereiro. Essa era uma administração bastante grande para uma cidade relativamente modesta, mas ela refletia o tamanho e a importância crescente do interior de Jérémie e do comércio que passava pelo seu

<sup>5.</sup> Veja Julius S. Scott, "Negroes in Foreign Bottoms': Sailors, Slaves and Communication", in *Origins of the Black Atlantic*, org. Laurent Dubois e Julius S. Scott (New York, Routledge, 2010), 69–98, citação p. 78.

<sup>6.</sup> Moreau de Saint-Méry, Description topographique, 2:685.

<sup>7.</sup> Veja os registros de viagens verbetes 1259, 1311 e 1366 no vol. 1 de Jean Mettas, *Répertoire des expéditions négrières françaises au XVIII*<sup>e</sup> siècle, org. Serge Daget, 2 vols. (Paris, Société française d'histoire d'outre-mer, 1978–1984).

<sup>8.</sup> Moreau de Saint-Méry, Description topographique, 2:805.

porto. Moreau estimou que em 1788 a paróquia como um todo, que incluía distritos rurais, abrigava aproximadamente 2 mil brancos e mil *affranchis* (pessoas de cor designadas como livres), além de uma população de 17 mil pessoas mantidas como escravas<sup>9</sup>.

Algumas das 180 casas de Jérémie eram bastante agradáveis, na opinião de Moreau. A cidade baixa, que se estendia ao longo da Rue de la Marine e da praia, era extremamente quente e estava sempre cheia de gente, mas apesar disso era conveniente para os negócios que ocorriam no porto. No platô uns poucos metros mais acima, a cidade alta estava em expansão e tinha uma praça principal cercada de árvores. As ruas eram lamacentas ou poeirentas e Jérémie tinha muitas características de uma cidade em crescimento. Dizia-se que os aluguéis haviam triplicado nos últimos dez anos<sup>10</sup>.

A economia da região atraía não só colonos agrícolas, mas também aqueles que viam o potencial dessa economia urbana. Mais ou menos em 1775, uma mulher negra que nascera livre, chamada Marthe Guillaume, foi para o oeste, partindo de Porto Príncipe para Jérémie. Já mãe de quatro filhos (chamados de *enfants naturels* porque nascidos fora do casamento), e com 35 anos de idade, Marthe Guillaume começou, em Jérémie, um pequeno investimento em uma loja que dava para a rua e que deveria ser paga no decorrer de vários anos. A partir dessa base de operações ela se tornou uma *marchande* — uma comerciante que vendia artigos variados para os moradores da cidade, inclusive *connaisseurs* como o homem que comprou um corte do tecido descrito como de cor *queue de serein*— o amarelo canário que estava na moda em Paris. Marthe também adquiriu escravas que enviava para vender mercadorias na rua. Essas eram *pacotilleuses*, quitandeiras vendendo ao varejo para compradores em pequena escala<sup>11</sup>.

Em 1777, Marthe Guillaume colocou seu filho de 13 anos, Pierre Aliés, como aprendiz por quatro anos com um pedreiro local, que, por sua vez, prometeu se comportar com o menino "como um bom pai de família". A própria Marthe Guillaume era considerada uma madrinha conveniente por seus vizinhos, incluindo uma senhora chamada Agnés, que deu a seu bebê o nome de Marthe<sup>12</sup>.

<sup>9.</sup> Moreau de Saint-Méry acreditava que 37 anos antes havia apenas 2.147 escravos em Jérémie e nas redondezas (ibidem, 2:806).

<sup>10.</sup> Ibidem, 2:782.

<sup>11.</sup> A compra, em 1776, por Marthe Guillaume de sua primeira loja está registrada em um ato datado de 10 de novembro de 1777, Tabelião Bosc, Saint-Domingue (daqui em diante, SDOM) 204, Dépôt des papiers publics des colonies, Archives nationales d'outre-mer, Aix-en-Provence, France (daqui em diante DPPC, ANOM). A lista de seus credores inclui algumas descrições de mercadorias. Veja "Remise de créance par le S. Marsolas à Marthe Guillaume", 30 de agosto de 1794, pasta 6C-210, Tabelião Lépine, Jérémie Papers, Special Collections, University of Florida George A. Smathers Libraries, Gainesville (daqui em diante JP, SC, UFL).

<sup>12.</sup> O contrato de aprendiz é "Brevet d'apprentissage de Pierre Aliés", 1° de agosto de 1777, Tabelião Lefrotter, SDOM 1208, DPPC, ANOM. Para batismos em que ela atuava como madrinha, veja os resumos dos registros de Archives nationales do Haiti com números de referência

Em 1784 Marthe Guillaume já tinha expandido a sua operação: do pequeno comércio passara para a compra e venda de escravos, que ela marcava com um ferro de metal que queimava em sua pele as letras de seu apelido, Marthone, com um "G" para Guillaume mais abaixo. Comprando cativos de vários navios e de seus capitães, ela a seguir os revendia com lucro. Essa mulher, nascida de um pai africano escravizado e de uma mãe negra livre, logo estava a caminho de uma posição de poder financeiro na cidade<sup>13</sup>. Estabelecendo conexões também com a área rural, ela casou sua filha Marie Anne Aliés com um membro da família Azor, pessoas negras livres que possuíam propriedades rurais. O presente de Marthe para os recém-casados foram cinco de seus escravos<sup>14</sup>.

Entre os pioneiros agrícolas na Grand'Anse estavam "brancos da terra" de outras partes da colônia, além de alguns colonos franceses. Os mais prósperos entre eles traziam capital, escravos e pretensões para a riqueza rural e para a vida urbana. Algumas famílias — como os Galbaud du Fort ou os Couët de Montarand — já possuíam grandes propriedades no norte, uma região há muito colonizada, mas investiam nas novas terras abertas ao sul. Outros, como o imigrante francês chamado Michel Vincent, chegaram mais ou menos de mãos vazias, na expectativa de encontrar sucesso na região fronteiriça após seu fracasso em outras regiões. Michel Vincent comprou um pequeno lote de terreno em Les Abricots, perto da grande propriedade da família Galbaud du Fort, e começou a plantar café<sup>15</sup>.

Tendo emigrado do oeste da França para Saint-Domingue décadas antes, Michel Vincent se estabelecera perto de Les Cayes no litoral do sul. Tinha tentado duas das estratégias clássicas de um aventureiro colonial: obter um privilégio real, em seu caso a *ferme de la boucherie* (a coleta das taxas fiscais pagas pelos vendedores de carne locais) e casar-se com uma rica viúva branca da

342478 (19 de abril de 1781), 342482 (29 de abril de 1781) e 343314 (5 de março de 1787), disponíveis na Association de généalogie d'Haiti (AGH) em <a href="http://www.agh.qc.ca">http://www.agh.qc.ca</a>.

13. Para uma grande venda de escravos, muitos deles levando essa marca, veja "Vente de divers nègres par Marthone Guillaume Aliés faveur du Sieur Nartigue", 7 de dezembro de 1784, Tabelião Lépine, SDOM 1277, DPPC, ANOM. O batismo de Marthe Guillaume na paróquia de Sainte-Rose em Léogane dia 12 de março de 1741 está registrado em Saint-Domingue, Registres de la paroisse de Léogane, microfilme de Archives nationales, Centre d'accueil et de recherche des Archives nationales, Paris (daqui em diante apresentado em formato de número de chamada, SOM 5 Mi/62, CARAN). Nele, seu pai é identificado como um escravo e sua mãe, como uma mulher negra livre. Seu pai subsequentemente foi libertado, e seus pais se casaram. Agradecemos a Andrée-Luce Fourcand por ter contribuído para que nos dirigíssemos a esse documento.

14. Para o casamento da filha de Marthe Guillaume, Marie Anne (Aliés), com Jean Baptiste Azor dit Fortunat no dia 28 de fevereiro de 1783, veja SOM 5 Mi/60, CARAN. Azor, designado um *quarteron*, tinha adquirido sua liberdade apenas um ano antes. Veja o contrato de casamento de 26 de fevereiro de 1783, Tabelião Lépine, SDOM 1273, DPPC, ANOM.

15. Sobre a família Couët de Montarand, veja Regnault de Beaucaron, Souvenirs de famille: voyages, agriculture, précédés d'une Causerie sur le passé, vol. 1. (Paris, Plon-Nourrit, 1912), 97. Sobre Michel Vincent e a localização de sua terra, veja Jean Hébrard, "Les deux vies de Michel Vincent, colon à Saint-Domingue (c. 1730–1804)", Revue d'histoire moderne et contemporaine 57 (abril-junho 2010): 50–77.

terra. Não teve sucesso em nenhuma delas, perdendo o monopólio e sendo decepcionado pela viúva, que cuidadosamente ajustou com o tabelião uma forma de deixar toda sua riqueza para seus filhos de um casamento prévio. Ao se mudar para Les Abricots, adquirir uma pequena propriedade e construir uma casa, ele presumivelmente tinha a intenção de se tornar um fazendeiro de alta classe. Mas sua posição tinha caído desde os dias em Les Cayes, e ele continuaria a escorregar pela escada social abaixo<sup>16</sup>.

Nenhum registro direto da primeira venda de Rosalie em Saint-Domingue parece ter sobrevivido, embora haja algumas fontes paralelas relacionadas com outras jovens mulheres de Senegâmbia que vieram ser mantidas como escravas por residentes negros, livres, da cidade. Em março de 1787, por exemplo, uma mulher chamada Élisabeth Zeila trabalhou por meio de Magloire Cabrocorso (que se autodesignava mulato) para comprar uma escrava de 14 anos chamada Julie, rotulada "de nação Poulard". O vendedor era um comerciante branco, o Sieur Claude Collet; a compradora Élisabeth Zeila foi uma mulher negra de posses modestas. Ao contrário do quadro clássico de um fazendeiro próspero que sobe ao navio que traz cativos para inspecionar a "carga", ou que adquire escravos à medida que eles desembarcam no cais, essa foi uma transação de pequena escala, realizada por meio da intermediação de um liberto<sup>17</sup>. A aquisição de um único cativo por uma pessoa de ascendência africana era um padrão comum em Saint-Domingue, permitindo que uma pessoa recentemente alforriada adquirisse alguma renda alugando aquele escravo como mão de obra na economia urbana. O fenômeno da acumulação e o da "comodificação" operavam nessas circunstâncias, mas em uma escala ainda muito pequena em termos do esquema colonial em geral — mesmo que potencialmente enorme para a pessoa assim presa ao trabalho<sup>18</sup>.

A primeira família a que Rosalie foi incorporada por venda foi aparentemente a de um forro idoso chamado Alexis Couba. Na África Ocidental, tanto os povos de língua Pulaar quanto os de língua Wolof usavam "Cumba" como nome de mulher, e esse termo podia então ser aplicado por extensão ao filho de uma mulher que tivesse aquele nome. A outra forma de escrever o mesmo nome, em Saint-Domingue, "Couba", parece estar associada aos africanos<sup>19</sup>. O clérigo que realizou o casamento de Alexis Couba, no entanto, especificou que

<sup>16.</sup> Hébrard, "Les deux vies".

<sup>17.</sup> Veja "Vente par le Sr. Collet faveur de Magloire d'une négresse nommée Julie", 20 de março de 1787 no Tabelião Lépine, SDOM 1283, DPPC, ANOM.

<sup>18.</sup> Veja Dominique Rogers, "Les Libres de couleur dans les capitales de Saint-Domingue. Fortune, mentalités, et intégration à la fin de l'Ancien Régime (1776–1789)", (tese de doutorado, Université de Bordeaux III, 2001); e Stewart R. King, *Blue Coat or Powdered Wig: Free People of Color in Pre-Revolutionary Saint-Domingue* (Athens, University of Georgia Press, 2001).

<sup>19.</sup> Veja a morte registrada em Porto Príncipe dia 9 de outubro de 1835 de um homem idoso com o sobrenome Couba, nascido na África: documento 501960, resumido para o AGH, acessado no site <a href="http://www.agh.qc.ca">http://www.agh.qc.ca</a>.

ele tinha nascido na paróquia de Jérémie, provavelmente por volta de 1712, e que fora alforriado em 1778. Na alforria, o tabelião tinha obedecido à lei em vigor no antigo regime em Saint-Domingue que proibia as pessoas libertadas de adotarem o sobrenome de uma família francesa. Ele inscreveu então o nome Couba, que pode ter refletido as origens senegambianas da mãe de Alexis<sup>20</sup>.

Alexis Couba adquiriu uma escrava chamada Anne e casou-se com ela três anos após sua própria alforria. Sob o Código Negro, que regulamentava a escravidão em Saint-Domingue, esse casamento automaticamente libertou Anne. Progressões desse tipo eram comuns em Jérémie, à medida que homens que tinham obtido sua própria liberdade garantiam seus direitos de paternidade e começavam a formar famílias de dependentes livres e escravizados<sup>21</sup>.

Alexis Couba estava construindo uma família e não uma fortuna. Quatro anos após seu casamento com Anne, ele libertou outra escrava, chamada Lisette, trazendo-a do estatuto de propriedade para o de pessoa livre. A julgar por sua idade, parece provável que Lisette fosse a mãe de Anne e, portanto, sogra de Alexis Couba. Aquilo que inicialmente em um registro cartorial parece acumulação começa a assumir um aspecto um tanto diferente. Alexis e Anne podem ter sido parceiros por muitos anos, mas só quando adquiriu sua liberdade foi que ele pôde também começar a livrá-la e a outros membros de sua família da escravidão<sup>22</sup>.

A família à qual Rosalie foi incorporada por venda, provavelmente no final da década de 1780, foi, assim, o tipo de casa em que estava claro que a escravidão não era necessariamente um estatuto permanente. Vendo os exemplos de Anne e Lisette antes dela, Rosalie podia logicamente esperar que sua própria escravidão seria seguida em um determinado momento pela alforria, ou pelo menos que ela seria tratada da maneira esperada pelos *esclaves de case* na África Ocidental, e talvez protegida de novas vendas.

Alexis Couba tinha obtido, para si próprio, "riqueza em pessoas" e acesso ao trabalho de Rosalie ou à renda do trabalho que ela podia produzir. Mas ele parece ter chegado ao máximo de suas possibilidades financeiras e logo abriu mão da escrava Rosalie em benefício de sua vizinha mais próspera, a empreendedora *marchande* Marthe Guillaume. É possível que tivesse sido obrigado a

<sup>20.</sup> Em um registro de casamento de 1802 de Jérémie, Alexis Couba aparece como testemunha e lhe atribuem a idade de 90 anos, o que colocaria seu nascimento em mais ou menos 1712. Veja o casamento dia 17 de julho de 1802 de Jean Meynard e Marie Lada Étienne, documento 343012, AGH, <a href="http://agh.qc.ca">http://agh.qc.ca</a>. O casamento do próprio Couba está registrado dia 9 de janeiro de 1781, nos registros da paróquia de Jérémie, reproduzidos em microfilme SOM 5Mi/59, CARAN.

<sup>21.</sup> Compras de escravos por pessoas de cor livres e alguns casamentos entre proprietários e escravos aparecem nos registros cartoriais de Jérémie mantidos em ANOM. Sobre o Código Negro e a alforria, veja Malick Ghachem, *The Old Regime and the Haitian Revolution* (New York, Cambridge University Press, 2012), cap. 2.

<sup>22. &</sup>quot;Liberté de Lisette", 26 de outubro de 1783, no Tabelião Robinet, SDOM 1563, DPPC, ANOM.

isso por ter alguma dívida pendente, ou que tenha necessitado de dinheiro com urgência. De qualquer forma, Rosalie mudou, então, de uma casa de um homem negro recentemente alforriado para uma que tinha como chefe uma próspera mulher negra que já nascera livre<sup>23</sup>.

Com uma casa na praça central de Jérémie, a Place d'Armes, várias propriedades alugadas e uma filha casada com um membro de uma família muito conhecida de pessoas negras livres, Marthe Guillaume era, no começo da década de 1790, uma mulher de posse. Quase todas as pessoas da cidade lhe deviam dinheiro, um sinal claro de sua posição na rede de reciprocidades dentro da comunidade. A lista de todos seus devedores, que ela mais tarde fez com que fosse elaborada por um agente, tinha umas 30 páginas<sup>24</sup>.

Como uma pessoa negra em Saint-Domingue, no entanto, Marthe Guillaume tinha sempre de estar preparada para provar sua liberdade. Cada vez que ia ao cartório — fosse para vender escravos ou perseguir um empreiteiro com quem estava insatisfeita — era obrigada a apresentar um documento que comprovava seu nascimento livre. Aquelas que trabalhavam como domésticas em sua casa presumivelmente vieram a conhecer o procedimento pelo qual Marthe resgatava aquele pedaço de papel (talvez guardado em um malão no quarto?) e o levava cuidadosamente para o cartório. Rosalie, como uma mulher da Senegâmbia, já conhecia o poder dos talismãs em seu próprio país. Agora ela podia ver em um novo ambiente a eficácia da tinta no papel<sup>25</sup>.

A estratégia de Marthe Guillaume para construir uma rede de escravos, clientes e crédito permitiu que ela prosperasse, apesar da crescente hostilidade por parte de muitos brancos com relação àqueles que eles consideravam como pessoas de ascendência africana excessivamente ambiciosas. Marthe tinha conexões na própria cidade de Jérémie, no campo e também na cidade de Les Cayes no litoral do sul. Ela podia convocar artesãos brancos para serem responsabilizados por trabalhos que ela julgava insatisfatórios e cobrar aluguéis de inquilinos brancos dos mais ilustres. Era sogra ou madrinha de crianças classificadas como mulatas livres tanto na cidade quanto no campo. Sua riqueza expandia-se com o trabalho das quitandeiras escravas descritas como pacotilleuses, bem como de escravos adicionais de vários tipos, dos quais Ro-

<sup>23.</sup> A evidência de que Rosalie tinha pertencido anteriormente a Alexis Couba está em uma minuta do testamento de Martha Guillaume. Veja "Testament de Marthe Guillaume", 8 de janeiro de 1793, no Tabelião Lépine, pasta 6C-116, JP, SC, UFL.

<sup>24.</sup> Veja "Remise de créance . . . ", 30 de agosto de 1794, Tabelião Lépine, pasta 6C-210, JP, SC, UFL. Sobre o papel dos empréstimos para a criação de redes sociais que ultrapassavam as fronteiras de classes nas sociedades do *ancien régime*, veja Laurence Fontaine, *L'Économie morale: pauvreté, crédit et confiance dans l'Europe préindustrielle* (Paris, Gallimard, 2008).

<sup>25.</sup> Muitos dos negócios de Marthe Guillaume com empreiteiros, comerciantes e seus vizinhos foram registrados pelo tabelião Lépine e podem ser encontrados em DPPC, ANOM, ou em JP, SC, UFL. Em um contrato com um pedreiro feito em 1787, a casa de Marthe a ser consertada é mencionada como estando na Place d'Armes. Veja "Marché entre le Sr. Piffet & Marthone Guillaume", 19 de outubro de 1787, tabelião Lépine, SDOM 1285, DPPC, ANOM.

salie agora era um. Os sismos secundários da Revolução Francesa, no entanto, em breve iriam prejudicar a capacidade de Marthe Guillaume de manter essa rede coesa.

Já em 1790 notícias dramáticas chegavam a Jérémie de Paris e da cidade de Les Cayes. Julien Raimond e vários outros homens livres de cor da colônia tinham, durante anos, pressionado a França para tentar fazer cumprir as garantias de direitos iguais entre as pessoas livres, que tinham sido enunciadas pela monarquia no Código Negro de 1685. Depois de 1789 eles podiam estender essa reivindicação por meio de uma leitura ampla e inclusiva da Declaração dos Direitos do Homem. Com a transformação dos États Généraux (Estados Gerais) em uma Assembleia Nacional, vieram as convocações para que as assembleias locais enviassem representantes a Porto Príncipe, onde eles iriam escolher delegados para ir a Paris<sup>26</sup>.

Em março de 1790 a Assembleia Nacional publicou um conjunto de "Instruções" para a constituição das assembleias locais em Saint-Domingue. Escritas de uma maneira ambígua, as instruções pareciam oferecer a possibilidade de dar cidadania a alguns homens livres de cor. As questões de estatuto, posição social e ascendência familiar — embora ainda não a própria questão da escravidão — agora estavam sobre a mesa<sup>27</sup>.

Colonos brancos conservadores, tanto os que viviam em Paris quanto os que residiam em Saint-Domingue, queriam a qualquer custo evitar que as assembleias locais elevassem a posição pública dos homens livres de cor e diminuíssem seu próprio poder. Havia todos os motivos para acreditar que eles tentariam manter o controle quando as assembleias fossem convocadas, e o governador sugeriu-lhes que fizessem exatamente isso. Não só homens livres de cor, mas também os *Blancs mésalliés*— homens brancos que tivessem casado atravessando a "linha de cor" — geralmente acabavam sendo excluídos da participação<sup>28</sup>.

No outono de 1790, Vincent Ogé, um homem livre de cor bastante rico que tinha voltado de Paris para a colônia, criou um movimento arriscado exigindo direitos iguais para todas as pessoas livres, independentemente da cor. Seus seguidores inicialmente conseguiram desarmar os brancos no bairro de Grande Rivière, perto de Cap-Français, mas foram logo derrotados pelas tropas conduzidas pelo governador interino. Ogé fugiu atravessando a fronteira para Santo Domingo espanhol. Extraditado de volta à colônia como um "chefe dos bandoleiros", ele foi submetido à tortura da roda na praça principal de Cap-

<sup>26.</sup> Sobre a interação de leituras abrangentes do Código Negro e da nova declaração, veja Ghachem, *The Old Regime*, caps. 5 e 6.

<sup>27.</sup> Décrets de l'Assemblée nationale concernant les colonies suivie d'une instruction pour les îles de Saint-Domingue, la Tortue, la Gonave et l'Isle-à-Vaches, du 8 mars 1790, Paris, Imprimerie nationale, 1790.

<sup>28.</sup> Veja Beaubrun Ardouin, Études sur l'histoire d'Haïti suivies de la vie du général J.M. Borgella, 11 vols. (Paris, Dezobry et E. Magdeleine, 1853–1860), 1:131.

Français. A brutalidade do castigo aplicado a Ogé e a seus colegas solapou a possibilidade de uma aliança estratégica de proprietários que atravessasse a linha de cor, na qual os brancos senhores de escravos concederiam direitos políticos a pessoas de cor livres a fim de criar uma frente unida contra a perspectiva de rebelião dos escravos. O assassinato de Ogé pelos colonos seria evocado nas lutas seguintes tanto por homens livres de cor quanto por negros escravizados como um símbolo da terrível proteção de um monopólio de poder pela classe "aristocrata" de fazendeiros brancos<sup>29</sup>.

Em novembro de 1790 um grupo de homens livres de cor do sul se uniu para exigir o direito ao voto. Acampados na propriedade de um certo Prou, na planície próxima a Les Cayes, eles foram atacados por um grande grupo de brancos da cidade contra os quais eles inicialmente resistiram. Diante de reforços, no entanto, os manifestantes recuaram, recebendo aquilo que a princípio parecia ser uma anistia das autoridades coloniais. André Rigaud, um homem livre de cor que viria a se tornar um líder importante, mais tarde lembrou-se das palavras ditas pela autoridade francesa que foi enviada para reprimi-los: "Homens de cor [. . . ] vocês *nunca* devem esperar atravessar a linha de demarcação que os separa dos brancos, seus pais e patronos. Voltem às suas obrigações [. . . ]. Ofereço-lhes paz com uma mão e guerra com a outra"<sup>30</sup>.

Nesses protestos armados, negros livres que muitas vezes eram designados por seus inimigos como *mulatos* ou *forros*— mas que geralmente se consideravam como *homens de cor*— exigiam participação na sociedade politicamente organizada. Inicialmente, não abordavam a questão da escravidão. Essa posição era consistente com as reclamações políticas compartilhadas nas posições de classe bastante variadas daqueles que formavam esses primeiros movimentos.

Algumas famílias de ascendência mista possuíam plantações de café e dezenas de escravos. Estavam entre as mais eloquentes quando se tratava de condenar as distinções políticas com base na cor, mas como proprietários também ofereciam um reduto potencial contra a insurreição de escravos. Muitas pessoas alforriadas, no entanto, como Alexis Couba e sua esposa Anne, simplesmente trabalhavam no campo como agricultores ou na cidade como artesãos e comerciantes. Podiam possuir um ou dois escravos, mas também tinham laços sociais múltiplos com aqueles que ainda continuavam sendo escravos, que, algumas vezes, incluíam seus próprios parentes. Tanto negros ricos quanto aqueles modestamente posicionados concordavam quanto à exigência

<sup>29.</sup> Veja John Garrigus, *Before Haiti: Race and Citizenship in French Saint-Domingue* (New York, Palgrave Macmillan, 2006), 247–280; e Garrigus, "'Thy coming fame, Ogé! Is sure': New Evidence on Ogé's 1790 Revolt and the Beginnings of the Haitian Revolution", in *Assumed Identities: The Meanings of Race in the Atlantic World*, org. Garrigus e Christopher Morris (College Station, Texas A&M University Press, 2010), 19–45; e também Ardouin, *Études*, 1:133–163.

<sup>30.</sup> Veja Ardouin, Études, 1:162; e Garrigus, Before Haiti, 109, 123, 132-135, 244.

de direitos civis iguais. Suas reações podiam diferir, no entanto, com relação a uma clara demanda pela abolição imediata da escravidão<sup>31</sup>.

Durante esses anos, os termos usados para designar indivíduos eram complexos, refletindo processos sociais contínuos, e não categorias fixas. O respeito ou desrespeito implicado podia variar dependendo do esquema e do contexto. A tríade branco/mulato/negro, por exemplo, geralmente estigmatizava as duas últimas categorias, embora a valência de um termo estigmatizante pudesse ocasionalmente ser desafiada em momentos de autoafirmação. Os termos "europeu", "americano", "créole" (da terra) e "africano" podiam ser usados de maneiras diferentes para objetivos também diferentes e estes se sobrepunham em vez de duplicar os vários termos de cor. A distinção legal nascido livre/ forro/escravo não se enquadrava facilmente à dicotomia mulato/negro, já que a condição legal e a cor designada vinham de esquemas de categorias diferentes. Finalmente o termo affranchi (alforriado), embora assinalando um estatuto de livre, podia ser intencionalmente desrespeitoso, lembrando publicamente que um indivíduo tinha sido escravizado em um determinado momento. Em certos momentos da luta, o termo affranchi foi rejeitado por aqueles assim rotulados, a favor da expressão mais abrangente personne de couleur (pessoa de cor), que afirmava o estado de pessoa. Talvez não seja preciso dizer que na busca para compreender a dinâmica da Revolução Haitiana não podemos usar qualquer conjunto desses rótulos de modo isolado, como se eles pudessem, por eles próprios, denominar as facções relevantes e os grupos de atores<sup>32</sup>.

Enquanto a luta pelo direito ao voto trazia divisão ao longo das linhas de cor entre os donos de propriedades, notícias e rumores vindos de Paris pareciam prometer mudança para os escravizados. Embora tanto a monarquia quanto a nova Assembleia Nacional fossem muito relutantes em lidar com a questão da abolição, notícias persistentes circulavam de que "o rei tinha dado aos escravos três dias livres por semana" e que os brancos estavam bloqueando essa reforma. O rumor começou a assumir um poder próprio nas comunidades de escravos por todo o Caribe francês. Em Saint-Domingue, algumas versões do rumor afirmavam que os negros livres na colônia tinham prometido ajudar os escravos a adquirir os direitos anunciados, uma inferência que mais tarde seria reforçada pelas ações de vários líderes entre as pessoas de cor, inclusive André Rigaud³³.

<sup>31.</sup> Garrigus, *Before Haiti*, e King, *Blue Coat*, esp. 266–274; Dominique Rogers, "On the Road to Citizenship: The Complex Route to Integration of the Free People of Color in the Two Capitals of Saint-Domingue", in *The World of the Haitian Revolution*, org. David Patrick Geggus e Norman Fiering (Bloomington, Indiana University Press, 2009), 65–78.

<sup>32.</sup> Veja também Ghachem, Old Regime, e Laurent Dubois, Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution (Cambridge, MA, Harvard University Press, 2004), 5.

<sup>33.</sup> Laurent Dubois, *A Colony of Citizens: Revolution and Slave Emancipation in the French Caribbean*, 1787–1804 (Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2004), cap. 3; Garrigus, *Before Haiti*, 250–251.

No começo de 1791, o conflito na colônia já estava tomando uma nova forma. Ao redor de Port-Salut no sul, cena dos primeiros protestos empreendidos por pessoas livres de cor, um homem chamado Jean-Claude Lateste aparentemente espalhou a notícia entre os escravos dessa suposta promessa de três dias por semana para si mesmos. Menciona-se que, no dia 24 de janeiro, esses escravos se juntaram a outros para planejar uma rebelião em busca desse objetivo. A trama foi descoberta antes que fosse muito longe e deixou apenas um pequeno traço nos arquivos. No entanto ela prefigurava eventos que estavam por vir<sup>34</sup>.

No dia 22 de agosto, 1791, trabalhadores escravos nas plantações da planície do norte ao redor do Cap-Français pegaram em armas contra seus senhores e queimaram com tochas os locais onde eram escravizados. Embora as demandas originais dos escravos possam ter sido limitadas, a possibilidade de uma rebelião em grande escala aterrorizava os fazendeiros. Para os conservadores, a catástrofe de queimar plantações pareceu confirmar as previsões de longo prazo de que qualquer concessão que confirmasse os direitos políticos de homens livres de cor poderia causar problemas sociais. Para reformadores convictos, isso deixou claro que o pior cenário era realmente possível e assim, por uma questão de prudência, fortaleceram suas demandas por mudanças nas políticas que melhorassem a situação<sup>35</sup>.

Na verdade, era difícil estar seguro da relação de causa e efeito entre o movimento político de pessoas de cor livres e os atos de rebelião cometidos pelos escravos da planície do norte. Embora os conservadores caracteristicamente detestassem ambos, não havia qualquer aliança automática entre aqueles que lutavam contra a humilhação daquilo que era chamado de "caste" e aqueles que lutavam contra as circunstâncias da escravidão. A capacidade dos escravos de empunhar armas — em seu próprio nome ou nas lutas de outros — no entanto estava clara. Os donos de propriedade na Grand'Anse havia muito usavam essa capacidade enviando seus escravos contra incursões tentadas por piratas ou invasores estrangeiros³6.

As lutas que agora ocorriam tinham uma amargura particular na Grand'Anse, onde muitas famílias livres de ascendência africana estavam bem estabelecidas e alguns brancos recém-chegados eram particularmente cuidadosos com relação a seus próprios privilégios. Em todo o sul, donos de propriedade categorizados como brancos, assim como aqueles designados como "de cor", começaram a armar seus escravos em preparação para as lutas que viriam. Para os

<sup>34.</sup> Veja Garrigus, *Before Haiti*, 250–252; e Carolyn Fick, *The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below* (Knoxville, University of Tennessee Press, 1990), 137–138, e Apêndice C; e Ardouin, *Études*, 1:216–236.

<sup>35.</sup> Veja Dubois, *Avengers*, cap. 4; David Patrick Geggus, *Haitian Revolutionary Studies* (Bloomington, Indiana University Press, 2002), cap. 6; e Ghachem, *Old Regime*, caps. 4, 5 e 6.

<sup>36.</sup> Sobre o armamento dos escravos na Grand'Anse, veja Ardouin, Études, 2:136; e David Geggus, "Slave, Soldier, Rebel: The Strange Career of Jean Kina", in Geggus, *Haitian Revolutionary Studies*, cap. 9.

brancos conservadores — que consideravam armar seus próprios escravos um ato legítimo —, parecia que as pessoas livres de cor estavam incitando a rebelião entre os *ateliers* (senzalas) das fazendas. Em dezembro de 1791, os membros do novo conselho municipal de Jérémie descreveram a oposição que enfrentavam por parte de homens que eles caracterizavam como "*brigands*" (bandoleiros) e atribuíram essa oposição precisamente às ações dos negros livres<sup>37</sup>.

No final de 1791, então, a posição de Marthe Guillaume tinha se tornado potencialmente delicada. O poder na cidade de Jérémie estava nas mãos de um órgão controlado pelos fazendeiros o qual era às vezes chamado de Coalizão da Grand'Anse, que estava travando uma guerra aberta contra os negros que tinham reunido suas próprias forças nas áreas montanhosas do interior. Todos presumivelmente sabiam que a filha de Marthe Guillaume tinha casado com um membro da família Azor, e que era Noël Azor e a rede de famílias vizinhas interconectadas que estavam fornecendo a liderança para os homens livres de cor nas colinas. Alguns podem também ter sabido que o próprio filho de Marthe, Pierre Aliés, agora um jovem com idade apropriada para carregar armas, tinha amigos íntimos entre os milicianos negros na cidade, homens que muito provavelmente não iriam se submeter às tentativas por parte dos líderes brancos no município de controlá-los<sup>38</sup>.

Durante janeiro e fevereiro de 1792, muitos negros que tinham fugido para o campo em revolta foram capturados pelas forças enviadas para reprimi-los, e alguns foram presos em um barco ancorado ao largo da costa de Jérémie. Correu então um rumor pela cidade de que os brancos vitoriosos estavam intencionalmente inoculando os prisioneiros com varíola. Nesses meses tensos, o registro das atividades econômicas de Marthe Guillaume em Jérémie, tão denso para os anos anteriores, começa a se rarefazer um pouco<sup>39</sup>.

Notícias da França metropolitana aumentaram a incerteza. Na primavera de 1792 os revolucionários em Paris já tinham concluído que concessões às pessoas de cor livres poderiam fornecer um contrapeso para as demandas dos escravos. Em abril de 1792 a Assembleia Legislativa Francesa decretou um fim para as distinções legais de cor entre pessoas livres na colônia, conferindo uma igualdade de direitos políticos aos "homens de cor e negros livres". Notícias daquilo que veio a ser conhecido como "o decreto de 4 de abril" chegaram à colônia no final de maio<sup>40</sup>.

<sup>37.</sup> Para o episódio em Jérémie, veja pasta 13 em Missions des représentants du peuple et comités des assemblées, 1789-an IV (série D), Comité des colonies (sous-série XXV), dossiê 65 (geralmente conhecido pelo número de chamada D-XXV/65), CARAN. Sobre o sul, veja Fick, *Making of Haiti*; e Ardouin, *Études*, 2:135–136.

<sup>38.</sup> Ardouin, *Études*, 1:311–312. Veja a seguir para uma discussão de Pierre Aliés e a milícia.

<sup>39. &</sup>quot;Remise de créance à Marthe Guillaume par le S. Marsolas", datado 30 de agosto de 1794, reflete suas atividades durante muitos anos anteriores. Veja em tabelião Lépine, pasta 6C-210, JP, SC, UFL. A história da varíola é contada em Ardouin, *Études*, vol. 2: 139.

<sup>40.</sup> No Decreto de 4 de abril e sua recepção, veja "Rapport de Philippe-Rose Roume sur sa mission à Saint-Domingue en qualité de commissaire national civil", *Archives parlementaires* 

A maior parte dos brancos em Jérémie, no entanto, não tinha qualquer intenção de abrir mão de seu poder de impor restrições sociais e políticas aos homens que eles tinham vencido tão recentemente. Com isso entraram em conflito com as autoridades coloniais responsáveis por fazer cumprir a legislação que chegava de Paris. Para afirmar sua autoridade, e a autoridade de Paris contra a oposição local, o governador colonial, Visconde de Blanchelande, voltou-se para Les Cayes e para as forças sob as ordens de André Rigaud, um homem de cor livre. Por meio dessa aliança com homens de cor armados, as autoridades francesas obtiveram uma aparência de submissão por parte dos brancos que controlavam Jérémie, mas apenas por algum tempo. Conflitos terríveis continuaram entre colonos e homens de cor ativistas, com cada lado usando escravos armados como soldados para alcançar seus objetivos. Histórias de brutalidades circulavam, inclusive acusações contra Noël Azor, o irmão de Jean Baptiste Azor, casado com a filha de Marthe Guillaume<sup>41</sup>.

No começo de 1793, Marthe Guillaume — normalmente conhecida pelos vizinhos como Marthone — começou a tomar certas precauções. Declarandose doente, chamou um tabelião a sua casa para elaborar um testamento e disposição de última vontade detalhado, organizando cuidadosamente a distribuição de seus bens entre os parentes. Embora muitos daqueles que ela mantinha como escravos iriam simplesmente ser distribuídos como propriedade entre seus herdeiros, ela estabeleceu condições especiais para um número deles. Em particular, declarou que, com sua morte, sua escrava chamada Rosalie devia ser libertada<sup>42</sup>.

Uma semana mais tarde Marthe Guillaume convocou o tabelião outra vez e fez com que ele elaborasse um novo testamento. O nome de Rosalie não apareceu nessa segunda versão. Em vez disso, um documento da mesma data formalizou a venda de "uma negra chamada Rosalie nação Poulard", com cerca de 26 anos de idade, para um vizinho chamado Jean Baptiste Mongol, um açougueiro categorizado como homem livre e mulato. Não é possível saber se essa foi uma venda verdadeira ou uma transação destinada a cumprir uma meta diversa daquela declarada no ato. O preço declarado era alto — 2.400 libras. Como era comum nesses casos, tudo indica que o dinheiro passou de uma mão para a outra longe da vista do tabelião. Parece possível que alguém que quisesse tirar Rosalie da casa de Marthe Guillaume possa ter fornecido o dinheiro a Jean Baptiste Mongol como intermediário, mas não há meios de saber se isso realmente aconteceu<sup>43</sup>.

de 1787 à 1860: recueil complet des débats législatifs et politiques des chambres françaises, 1ª série (1787–1799), vol. 57 (Paris, Paul Dupont, 1900), 67–80, esp. 72.

<sup>41.</sup> Débats entre les accusateurs et les accusés, dans l'affaire des colonies, imprimés en exécution de la Loi du 4 pluviôse, 2 vols. (Paris, Imprimerie nationale, Pluviôse an III [janeiro-fevereiro de 1795]), 1:291.

<sup>42.</sup> O documento é datado de 8 de janeiro de 1793 e encontra-se no Tabelião Lépine, pasta 6C-116, JP, SC, UFL.

<sup>43. &</sup>quot;Vente Par Marthe Guillaume à Mongol de la Nsse Rosalie", 14 de janeiro de 1793, Tabe-

A transferência de Rosalie para Jean Baptiste Mongol veio em um momento de grande tensão na cidade de Jérémie, onde o conselho municipal estava se revoltando de forma mais ou menos aberta contra os comissários civis que tinham sido mandados para Saint-Domingue pelo governo em Paris. Os comissários foram encarregados de exercer autoridade sobre aqueles agora considerados "cidadãos" coloniais da França. Em princípio, exigia-se que os conselheiros municipais obedecessem ao decreto de 4 de abril de 1792, que autorizava direitos civis iguais entre as pessoas livres, independentemente de sua cor. O conselho municipal em Jéremie apesar disso se reunia como um órgão composto só de brancos, embora membros do conselho viessem a afirmar mais tarde que dois homens de cor tinham sido eleitos, mas se recusaram a servir<sup>44</sup>.

O conselho então anunciou que as unidades da Guarda Nacional composta e comandada por homens de cor seriam dissolvidas e seus membros transferidos para unidades brancas existentes sob as ordens de oficiais brancos. Em vez de ampliar os direitos, eles pareciam assim solapar o respeito que alguns homens de cor tinham adquirido como participantes da força de defesa local. No início de 1793, no entanto, o conselho não teve coragem para ordenar que a transferência fosse realizada.

Numa noite no meio desse tenso impasse, um oficial branco da Guarda Nacional tentou fechar um festejo animado— um ruidoso *bal à bamboula* (uma dança acompanhada por tambores), demais barulhento segundo as autoridades municipais. A festa em questão aparentemente contava com a presença tanto de escravos quanto de pessoas de cor livres. O cidadão Thomani, um celebrante que era ele próprio um tenente na Guarda Nacional, trocou palavras ríspidas com o oficial que veio para pôr fim à festa. O município convocou Thomani para responder por suas ações, mas decidiu, pelo momento, não tomar outras iniciativas.

O confronto entre as autoridades municipais e os homens de cor na milícia ocorreu à sombra do conflito em expansão por todo o sul, à medida que as forças sob os comissários buscavam conter a insurreição por parte dos escravos, enquanto ao mesmo tempo se deparavam com a insubordinação por parte daqueles hostis à nova República francesa, inclusive os conselheiros em Jérémie. Notícias tinham chegado recentemente à cidade de que o exército republicano havia atacado um forte de insurgentes negros nos Platons, entre Jérémie e Les Cayes. Outros "bandoleiros" estariam também operando na vizinhança da

lião Lépine, pasta 6C-119, JP, SC, UFL. Jean Baptiste Mongol tinha sido alforriado em 1782, adquiriu uma escrava chamada Lisette e depois se casou com ela. Veja o registro de seu casamento em 3 de novembro de 1787, em St. Domingue, Registres de la paroisse de Jérémie, 1783–1786, SOM 5 Mi/60, CARAN.

<sup>44.</sup> Os parágrafos que seguem têm como base uma leitura crítica da versão impressa de "Adresse à tous les citoyens chargés des autorités civiles & militaires, et à tous les citoyens de la Colonie", datado "Jérémie, Maison commune, le 7 mars 1793", cópia na pasta 895, D-XXV/113, CARAN.

aldeia chamada Les Anglais. Autoridades brancas em Jérémie imaginaram que ainda poderiam comandar os homens de cor que participavam da Guarda Nacional para juntar-se aos outros e assim garantir a segurança da cidade contra um possível ataque, mas tinham sido rejeitadas. Agora elas tentavam reafirmar seu controle<sup>45</sup>.

Relatando seus confrontos com aqueles a quem se referiam como os homens "anteriormente conhecidos como de cor", os membros do conselho tentaram argumentar que eles na verdade estavam seguindo o espírito da declaração de igualdade civil desmobilizando as unidades definidas pela cor. Para qualquer pessoa que observasse os procedimentos, no entanto, ficava claro que os oficiais brancos estavam na verdade tentando desarmar os homens que eles não consideravam ter direito de constituir ou comandar unidades daquele tipo. O resultado de forçar esses homens a formar unidades de milícia comandadas por brancos poderia ter sido previsto: os oficiais de cor perderiam suas comissões e teriam que obedecer a comandantes que poderiam mandá-los lutar contra aqueles que eles não necessariamente consideravam seus inimigos. Um comentário em um dos relatos traz a história da intranquilidade entre os milicianos para mais perto: presentes no momento da rixa com Thomani, estavam não só Noël Azor, um militante muito conhecido, mas também o jovem designado como "filho da Cidadã Martone" 46.

Logo as autoridades municipais acusaram o tenente Thomani de um ataque físico a outro cidadão, prenderam-no e ordenaram que fosse julgado. Essa humilhação de um oficial da milícia provocou mais protestos e homens de cor tanto da cidade quanto do campo se agruparam num acampamento em La Voldrogue no interior. Em breve chegaram notícias em Jérémie de que os homens acampados teriam a companhia de trabalhadores escravos das plantações que eles tinham invadido. Dizia-se também que eles tinham aberto comunicação com Les Cayes, baluarte de André Rigaud, onde o comissário civil republicano Étienne Polverel agora residia<sup>47</sup>.

O movimento que se formava em La Voldrogue tinha tanto uma estrutura política quanto uma estrutura militar. O filho de Marthe Guillaume, Pierre Aliés — que algumas testemunhas designavam simplesmente como "Pierre Martonne" —, havia se encarregado de uma "subscrição" pela qual iriam coletar dinheiro para seus esforços para exigir a liberdade de seu colega Thomani. Poucos dias mais tarde, um informante disse que Pierre estava no comando, ao lado de um colega, de 68 homens de cor "subversivos" armados que estavam indo de fazenda em fazenda exortando (ou intimidando) os escravos para que estes se juntassem a eles. Quando o filho de Marthe Guillaume assinou uma carta formal de protesto dirigida ao município em 23 de fevereiro, identificou-

<sup>45. &</sup>quot;Adresse à tous les citoyens chargés des autorités civiles et militaires, 7 mars 1793".

<sup>46.</sup> Ibidem, 9.

<sup>47.</sup> Ibidem, 13-33. E Ardouin, Études, 2:55-58.

se como "Pierre Aliesse, tenente", invocando o sobrenome que os conselheiros tinham se recusado a lhe conceder. Agora ele estava servindo sob um capitão chamado Atlas, um homem que iria reaparecer como um líder no futuro<sup>48</sup>.

A reação inicial do conselho municipal foi convocar todas as pessoas "pacíficas" de cor, aquelas que resistiam ao apelo da "rebelião", ordenando que aparecessem na prefeitura e inscrevessem seus nomes em uma lista. As autoridades então tomaram alguns como prisioneiros — particularmente mulheres e crianças associadas com homens livres de cor. Não está claro se a própria Marthe Guillaume foi presa, talvez como um meio de pôr pressão sobre seu filho. Provavelmente não, dado o número de pessoas na cidade, muitos brancos entre eles, que a usavam como seu banqueiro. Mas não era provável que o poder econômico fosse garantir impunidade indefinidamente<sup>49</sup>.

Conforme a notícia da renovada repressão em Jérémie se espalhou, a possibilidade de qualquer aliança dos livres contra os escravos, independentemente da cor, parecia cada vez mais incerta. Dos homens e mulheres escravizados que participavam do *bal à bamboula* em Jérémie, até aqueles antigos escravos insurgentes nos Platons que estavam dispostos a ser soldados nas recém-formadas Legiões da Igualdade sob André Rigaud, uma aliança alternativa e frágil estava se formando entre os escravos e aqueles que estavam conectados a um passado de escravidão pela sua cor. Com os emissários da República francesa agora se voltando para os oficiais de cor e tropas tiradas das fazendas, os conservadores em Jérémie logo se colocaram na defensiva. O grupo de homens que o filho de Marthe Guillaume tinha reunido agora havia aumentado para 300, inclusive mulheres, e se dirigia a Les Cayes para dialogar com o Comissário Polverel<sup>50</sup>.

À medida que o drama da rebelião aberta seguia adiante, novas possibilidades surgiam para algumas mulheres nas circunstâncias de Rosalie. O poder no campo estava mudando e grupos rivais buscavam a lealdade daqueles mantidos como escravos. Apesar disso os detalhes da situação são difíceis de discernir, em parte por uma queda súbita na quantidade de registros escritos que sobreviveram. Pois, durante o ano da venda de Rosalie para Jean Baptiste Mongol e da rebelião envolvendo o filho de Marthe Guillaume, esse canto do noroeste da península sulina de Saint-Domingue saiu da órbita da autoridade colonial francesa e entrou no campo da rivalidade interimperial.

Para os fazendeiros e comerciantes mais conservadores de Jérémie, já totalmente afastados das autoridades enviadas de Paris, a única maneira de defender seus interesses parecia ser negociar sua própria aliança internacio-

<sup>48.</sup> Veja "Adresse à tous les citoyens chargés des autorités civiles et militaires, 7 mars 1793", 8–32. Sobre Atlas, veja também Fick, *Making of Haiti*, 235; e Berger to Rochambeau, 26 de junho de 1803, pasta 1954, Rochambeau Papers, SC, UFL.

<sup>49.</sup> A tomada de prisioneiros é descrita em Ardouin, Études, 2:55.

<sup>50.</sup> Veja "Adresse à tous les citoyens chargés des autorités civiles & militaires, 7 mars 1793", 31–32; e Ardouin, *Études*, 2:219.

nal antirrepublicana. Refugiados políticos de Saint-Domingue que tinham chegado a Londres propuseram um passo drástico: convidar as tropas britânicas para desembarcarem em Jérémie para estabelecer uma posição segura na colônia francesa a fim de obstar a radicalização da revolução. Esses conspiradores empreendedores realizaram uma campanha vigorosa de lobbying em Londres para provar sua própria credibilidade e alcançar seus objetivos. No início, o governo britânico estava hesitante em se comprometer com homens que eram obviamente agentes livres, mas a região da Grand'Anse ainda estava exportando grandes quantidades de café e as vastas plantações de açúcar de Saint-Domingue faziam da colônia o mais rico dos prêmios potenciais. Eventos na Europa, além disso, estavam empurrando na direção de um conflito renovado entre a Inglaterra e a França. No dia 1º de fevereiro de 1793, a Inglaterra declarou guerra à França. Um acordo preliminar com os refugiados políticos de Saint-Domingue foi assinado em Londres mais tarde naquele mesmo mês. O envio a Saint-Domingue de uma força expedicionária da Jamaica não estava fora de questão<sup>51</sup>.

Nos meses que se seguiram, um conflito desastroso surgiu em Saint-Domingue entre os comissários civis republicanos e o recém-chegado governador geral François Thomas Galbaud. Os comissários tinham tentado reforçar os decretos de direitos iguais e ao mesmo tempo conter a rebelião na colônia. Mas Galbaud (irmão de um proprietário de terras em Jérémie) tinha suas próprias ideias sobre a melhor forma de pacificação. No dia 20 de junho de 1793, sua luta explodiu transformando-se em uma guerra aberta, e os comissários civis buscaram uma aliança com os escravos ao redor do porto de Le Cap para tentar garantir sua autoridade. Em uma proclamação impressa e distribuída em 21 de junho, eles ofereceram liberdade aos "guerreiros negros que lutarão pela República, sob as ordens dos comissários civis, tanto contra os espanhóis como contra outros inimigos, internos ou externos"<sup>52</sup>.

Com o governador-geral Galbaud em retirada e a cidade de Le Cap em chamas, ficou claro que a própria abolição da escravidão estava agora ganhando prioridade, agarrada pelos republicanos como a única maneira de manter a colônia fora das mãos dos espanhóis que estavam próximos, dos britânicos que ameaçavam e dos colonos que eles consideravam contrarrevolucionários. Na metade de agosto um conjunto explosivo de avisos por parte dos comissários Sonthonax e Polverel foi emitido: a escravidão logo terminaria em toda a colô-

<sup>51.</sup> As ações dos fazendeiros emigrantes podem ser acompanhadas na correspondência volumosa nos Registros do War Office (daqui em diante WO) 1/58, National Archives of the United Kingdom, Kew (daqui em diante NAUK), e são analisadas por David Patrick Geggus em *Slavery, War and Revolution: The British Occupation of Saint Domingue, 1793–1798* (Oxford, Clarendon Press, 1982), cap. 3.

<sup>52.</sup> Após a tradução fornecida por Jeremy D. Popkin em seu vívido relato dos eventos, *You Are All Free: The Haitian Revolution and the Abolition of Slavery* (New York, Cambridge University Press, 2010), 212.

nia — embora muitos daqueles a serem emancipados fossem forçados a continuar em seus postos. Os decretos foram planejados para ser estendidos para o sul em outubro de 1793. Oficialmente a lei já não reconheceria qualquer direito à propriedade de homens ou mulheres na cidade onde morava Rosalie<sup>53</sup>.

Exatamente quando a notícia da abolição declarada pelos comissários da República se encaminhou para o sul, o fazendeiro emigrante Venault de Charmilly assinou um acordo formal com o general Adam Williamson, que comandava as forças britânicas na Jamaica. No dia 19 de setembro de 1793, as tropas britânicas desembarcaram em Jérémie ao som dos gritos de "Viva os britânicos!" e "Viva o rei George!". Por dois anos os fazendeiros em Jérémie tinham conseguido manter distância das autoridades republicanas, em grande medida governando sozinhos a região. Agora, insulados militarmente do avanço das Legiões de Igualdade comandadas por André Rigaud, eles puderam constituir um Conseil privé (Conselho Privado) para aconselhar os ingleses, instruindoos sobre os costumes da colônia. No tratado assinado com os refugiados políticos, Williamson tinha concordado em repelir a concessão feita pela Assembleia Legislativa de igualdade civil e política para os homens livres de cor. Os ingleses mais do que cumpriram essa promessa, permitindo a execução de 160 homens livres de cor que estavam presos em Jérémie. Os conservadores podiam contar com seus novos comandantes para não tolerar qualquer conversa sobre abolição<sup>54</sup>.

A presença da ocupação inglesa de setembro de 1793 em diante protegeu os senhores de escravos em Jérémie dos efeitos legais diretos da abolição da escravidão decretada pelos comissários e ratificada mais tarde, no dia 4 de fevereiro de 1794, pela Convenção Nacional Francesa. Isso foi gratificante para os fazendeiros e comerciantes, mas a cidade ainda mantinha aquilo que um de seus aliados descreveu como "une masse de Canaille attachée à la République" (um bando de canalhas devotados à República) — isto é, uma população não disposta a transferir sua lealdade para os ocupantes britânicos. A divisão da população livre entre aqueles dispostos a dar as boas vindas a uma potência estrangeira e aqueles ainda "devotados à República" fez com que o cumprimento dos direitos de propriedade sobre pessoas fosse bastante delicado<sup>55</sup>.

A Legião da Igualdade comandada por André Rigaud continuava no controle em Les Cayes, e os homens locais, "anteriormente conhecidos como de cor", tinham se reagrupado em vários acampamentos fora de Jérémie. À medida que os ingleses tentavam expandir seu controle pelo sul e pelo oeste, eles

<sup>53.</sup> Veja [Le G.G.], "Aux origines de l'abolition de l'esclavage. Proclamations de Polverel et de Sonthonax 1793–1794", *Revue d'histoire des colonies*, 36 (primeiro trimestre, 1949): 24–55 e 36 (terceiro e quarto trimestres, 1949): 348–423. O decreto inicial, aplicável no norte, declarou que todos que estivessem na escravidão estariam livres e deu a todos os direitos de cidadania francesa, embora sujeitos a um regime de trabalho especial (351–352).

<sup>54.</sup> Ardouin, Études, 2:265-276. Veja Geggus, Slavery, War, and Revolution, 65.

<sup>55.</sup> Bérault Saint Maurice, citado em Geggus, Slavery, War, and Revolution, 68.

assim enfrentavam uma oposição implacável daqueles que eles caracterizavam como "os negros", "os bandidos" ou o "Exército dos Comissários" Escrevendo de Kingston, Jamaica, Henry Shirley evocou a dificuldade: "Temos muitos amigos em Les Cayes, mas Rigaud, um mulato que comanda, não só mantém tudo tranquilo por lá, mas provavelmente irá nos expulsar de Jérémie" 57.

Os britânicos tentaram manter os trabalhadores escravos trabalhando nas fazendas de café. O fazendeiro Venault de Charmilly vangloriou-se: "Nunca tendo ficado sob o poder dos bandidos nem dos comissários civis, esta região nunca foi saqueada ou roubada; ela está em uma situação muito próspera". Ele previu uma colheita de 15 a 18 milhões de libras de café. Mas administrar as áreas sob controle britânico continuava a ser uma tremenda dor de cabeça e o general Williamson cada vez mais se encontrava obrigado a oferecer liberdade para alguns daqueles mantidos como escravos em troca de serviço militar<sup>58</sup>.

A heterogênea sociedade colonial que os britânicos encontraram no local não facilitava o mapeamento da distinção entre livre e escravo sobre a dicotomia de branco e negro. Como escreveu De Charmilly, em uma denúncia daquilo que ele considerou como indulgência com relação a pessoas livres de cor: "É Difícil Conceber o número de mulheres livres de Cor que hoje existe em Saint-Domingue". Mulheres livres designadas como mulatas ou negras — como a comerciante Marthe Guillaume — pareciam a De Charmilly um elemento de dissolução na colônia, e uma perturbação da própria ordem das coisas. (Tais denúncias, é claro, não evitavam que os fazendeiros adotassem mulheres de cor como ménagères (governantas) e tivessem filhos com elas.) Um oficial britânico, no entanto, escreveu de uma forma bastante direta para seus superiores: "Os Mulatos e todas as pessoas de cor que estão livres devem ser equiparados aos brancos, e sem isso os ingleses não podem manter a colônia". Ele achou improvável que "30 mil pessoas dessa categoria retornassem a um estado de degradação". Os britânicos imaginavam que eles lhes podiam conceder apenas "os direitos dados a essa classe nas colônias inglesas", mas alguns oficiais na área podiam perceber que mais seria exigido<sup>59</sup>.

Durante os primeiros meses da ocupação britânica, Marthe Guillaume parece ter sido capaz de manter seu equilíbrio, embora a participação de seu filho Pierre Aliés nas rebeliões dos homens de cor, bem como a participação

<sup>56.</sup> Esses são os termos usados em Colonel Whitelocke to Mr. Lewis, 22 de janeiro de 1794 em WO 1/59, NAUK. Sobre os acampamentos nas colinas, veja "Adresse à tous les citoyens chargés des autorités civiles & militaires, 7 mars 1793".

<sup>57. &</sup>quot;Extract of a letter from Henry Shirley Esq. to his Brother, dated Kingston 20th July 1794", 425, WO 1/59, NAUK.

<sup>58.</sup> Veja "Letter on the State of St. Domingo", agosto de 1974, escrito por De Charmilly, 497–506, WO 1/59, NAUK.

<sup>59.</sup> De Charmilly to M. King, datada Jérémie 29 de janeiro de 1794; Carta de um oficial em St. Domingue, datada 22 de maio de 1794; ambas em WO 1/59, NAUK. Veja também Dubois, *Avengers*, 167.

da família do marido de sua filha, os Azors, provavelmente tenha atraído mais vigilância para suas próprias atividades. Ela assumira a responsabilidade de administrar várias fazendas, presumivelmente aquelas que pertenciam a seus parentes, e a interrupção da vida tanto da cidade quanto do campo fazia com que fosse difícil para ela cobrar as quantias de dinheiro que lhe eram devidas. Em fevereiro de 1794, Marthe Guillaume aparentemente decidiu que uma retirada estratégica era a coisa mais sábia a fazer. Elaborando uma procuração particular, ela conferiu autoridade a um juiz local para administrar seus negócios durante sua ausência. Desapareceu, então, da cidade de Jérémie, talvez para juntar-se a seu filho ou a sua filha em alguma área do território que estivesse sob o controle das forças republicanas de André Rigaud<sup>60</sup>.

Os conflitos militares e políticos entre os britânicos e os exércitos republicanos parecem ter tido consequências também para Rosalie. Marthe Guillaume, que em um determinado momento readquiriu a propriedade de Rosalie do açougueiro Mongol, agora estava ausente. Além disso, fora das áreas de efetiva ocupação britânica, a escravidão já não existia por lei, transformando a região ao sul e ao oeste de Jérémie em uma zona de liberdade potencial. Uma evidência circunstancial sugere que mais ou menos em 1794 a própria Rosalie saiu de Jérémie e se mudou para a aldeia costeira de Les Abricots para viver com o colono Michel Vincent<sup>61</sup>.

Em outubro de 1794 aqueles que os ingleses chamavam de "os rebeldes de Les Cayes", as forças sob o comando de André Rigaud, já tinham ido em direção ao Cabo Dame-Marie, onde a igreja da paróquia que servia Les Abricots estava localizada. Com Rigaud como um potencial executor dos decretos de abolição, é uma questão em aberto se seria possível dizer que a própria escravidão formal ainda existia nessa data na fazenda de Michel Vincent em Les Abricots<sup>62</sup>.

O relacionamento entre Rosalie e Michel Vincent tinha pouco a ver com a fantasia de romance entre fazendeiro rico e escrava de pele clara que era muito importante na imaginação de colonos como Moreau de Saint-Méry. Michel não era jovem nem próspero e Rosalie era uma mulher nascida na África designada como negra e não como mulata. Não há qualquer evidência de que ela estivesse mantida legalmente como escrava de Michel. Em algum ponto, os caminhos do colono francês que descia a escada social e os da mulher africana que a subia tinham se cruzado e alguém tinha arranjado para que ela trabal-

<sup>60. &</sup>quot;Procuration spéciale et générale par la n<sup>sse</sup> Marthe Guillaume, faveur de M. Paillette", 12 de fevereiro de 1794. Tabelião Lafuge Jeune, pasta 3–10, JP, SC, UFL.

<sup>61.</sup> A evidência mais forte para uma data inicial para seu relacionamento com Michel Vincent é o nascimento de seus filhos, discutido a seguir. Sobre o exercício da liberdade nas áreas do sul controladas por Rigaud, veja Carolyn E. Fick, "The Haitian Revolution and the Limits of Freedom: Defining Citizenship in the Revolutionary Era", *Social History*, 32 (2007): 394–414.

<sup>62.</sup> Veja "Copie des Procès Verbaux des Délibérations du Conseil Privé de Mr. Whyte", 18 de julho de 1794 até 12 de setembro de 1794, 82–83, in Colonial Office Records (daqui em diante CO) 245/5, NAUK.

hasse para ele. Talvez eles tivessem se conhecido na cidade quando Rosalie estava na casa de Marthe Guillaume. (Quando Marthe Guillaume reapareceu em Jérémie em agosto de 1794 e convocou seu procurador para preparar um relatório contábil de sua posição financeira, a lista incluía uma quantia que lhe era devida por "Vincent"). Talvez Michel, que tinha coletado taxas fiscais nas lojas de açougueiros nos primeiros anos, também conhecesse Jean Baptiste Mongol, o açougueiro local para quem Marthe Guillaume tinha vendido Rosalie em janeiro de 1793<sup>63</sup>.

Dois fragmentos documentais de 1795 parecem esboçar alguns dos contornos da união de Rosalie com Michel. O primeiro é uma folha avulsa separada do livro de registros ao qual teria servido de índice. Nela o padre da igreja paroquial de Cabo Dame-Marie, de quem as pessoas de Les Abricots dependiam para os sacramentos, dava uma lista dos batismos que ele tinha registrado durante o ano. Os nomes de dois daqueles batizados sobressaem na página: Marie Louise e Jean Théodore. Esses são, com uma pequena variação, os nomes de dois dos filhos de Rosalie, tal como foram registrados em um documento posterior: Marie Louise e Juste Théodore. Parece bastante provável que essas sejam as crianças — talvez gêmeos? — nascidas da união de Rosalie e Michel e batizadas na igreja paroquial mais próxima<sup>64</sup>.

O segundo documento é uma alforria para Rosalie, preparada em dezembro de 1795 a pedido de Marthe Guillaume, que tinha, em um determinado momento, readquirido a propriedade formal de Rosalie, pelo menos no papel. Invocando a fidelidade de "Rosalie negra Poulard", o texto notarial expressava o desejo de Marthe Guillaume de conceder liberdade plena a Rosalie e a estimulava a seguir todas as leis que governavam as pessoas libertadas na colônia. Marthe Guillaume prometeu obter a ratificação oficial da liberdade de Rosalie das autoridades britânicas que estavam agora no controle da região<sup>65</sup>.

Com esse papel notarial certificando sua alforria, Rosalie chegou bem perto de uma liberdade oficial plena. Mas a aquisição da assinatura das autoridades civis colocou Marthe Guillaume na posição de suplicante diante do general britânico Williamson e seus conselheiros franceses. A questão do estatuto de pessoas de ascendência africana que buscavam reconhecimento formal de sua liberdade continuava em disputa. De sua base de operações em Porto Príncipe, o general Williamson estava tentando reprimir dois grupos de resistentes, em parte persuadindo-os a mudar de lado: as Legiões da Igualdade comandadas pelo general republicano André Rigaud e aqueles a quem as pessoas se referiam

<sup>63. &</sup>quot;Remise de créance par le S. Marsolas à Marthe Guillaume", 30 de agosto de 1794, Tabelião Lépine, pasta 6C-210, JP, SC, UFL.

<sup>64.</sup> Veja o fragmento datado de 1795, Baptêmes, in Papers of the Greffe, pasta 12, caixa 15, JP, SC, UFL.

<sup>65. &</sup>quot;Affranchissement de la négresse Rosalie par Marthonne", 2 de dezembro de 1795, Tabelião Dobignies, pasta 9–218, JP, SC, UFL.

como "os negros revoltados", inclusive um grupo comandado por um homem chamado Dieudonné, que estava se mantendo firmemente na parte exterior de Porto Príncipe. Williamson precisava continuar a recrutar tropas coloniais das plantações e, quando possível, atrair desertores das fileiras das Legiões da Igualdade. Seus conselheiros achavam que, a fim de manter essa política de atração, a liberdade só deveria ser concedida àqueles que concordassem em servir militarmente a Grã-Bretanha<sup>66</sup>.

Os consultores de Williamson no *Conseil privé* se opuseram à aprovação de qualquer outra alforria "enquanto durasse a confusão", embora não achassem que seria sábio indagar com muita rigidez o estatuto de indivíduos que já estivessem exercendo a liberdade. Com André Rigaud enviando apelos comoventes para a resistência a partir de Les Cayes do outro lado das montanhas, os fazendeiros aliados de Williamson aconselharam cautela, e reconheceram que alguns "abusos" teriam de ser tolerados por aqueles que estavam reivindicando liberdade, dada a delicadeza da situação. Williamson estava preocupado com os riscos causados pelas pessoas de cor livres e, quando o pedido de Marthe Guillaume passou por sua mesa, ele se recusou a certificar seus atos de alforria, com a justificativa de que eram inoportunos. Rosalie estava sem sorte<sup>67</sup>.

Por enquanto, Rosalie ainda podia viver como se fosse livre, já que Marthe Guillaume aparentemente se propôs a não fazer qualquer reivindicação legal sobre ela. Mas Rosalie tinha agora se tornado aquilo que hoje poderíamos chamar de "sem documentos", uma pessoa sem qualquer título que estabelecesse a legitimidade de seu estatuto civil. E quando examinamos de perto sua vida e a de Michel Vincent, as fronteiras que separavam as categorias usuais para a população de Saint-Domingue começam a ficar indistintas. Rosalie não era nem escrava nem livre. O viúvo colono francês Michel Vincent não era realmente um "fazendeiro", embora presumivelmente ninguém tampouco se referisse a ele como "ralé". Algumas pessoas podem tê-lo chamado de "petit Blanc" (pequeno branco), mas ele era filho de um tabelião, sabia ler e escrever perfeitamente, tinha uma pilha de documentos confirmando o fato de ser dono de propriedades e, em um determinado momento, de escravos. Anos antes ele havia tido um monopólio real da coleta de taxas sobre a venda de carne em um distrito de Les Cayes e havia sido casado com uma mulher rica. Isso tudo era passado agora, e Les Cayes estava no lado republicano da divisão entre a zona de controle britânico e aquela das forças de Rigaud. A

<sup>66.</sup> Veja as discussões nos documentos do Conseil privé em dezembro de 1795 e janeiro de 1796, Treasury Records (daqui em diante T) 81/7, NAUK.

<sup>67.</sup> Veja a carta do Conseil privé para o Comandante Murray dia 12 de setembro de 1795; a seção "Affranchissement", 69; e Williamson par Murray, 13 de janeiro de 1796; todos in "Copie des lettres Écrites par Le Conseil Privé . . . Williamson", um volume datado 28 de agosto de 1794 mas incluindo alguns materiais posteriores, T 81/15, NAUK.

extraoficialmente livre Rosalie e o viúvo Michel se encontravam em circunstâncias precárias, habitantes sem recursos de um território ocupado dentro de uma colônia tumultuada.

No decorrer de 1797 e 1798, os britânicos perderam terreno no sul para o general Rigaud e foram pressionados a sair do norte pelo general Toussaint Louverture, reconhecido pelos franceses como comandante principal da colônia. Igualmente importante, os britânicos perdiam homens para a febre amarela, a malária e o tifo. No final de 1798, Louverture já tinha negociado a partida das tropas britânicas de todo o Saint-Domingue. Com a saída dos britânicos, a abolição formal da escravidão pela Convenção Nacional Francesa agora era lei em toda a colônia. Mas a ocupação deu lugar à guerra civil, já que Louverture e Rigaud lutaram pelo controle da península do sul<sup>68</sup>.

É possível que tenha havido algum refúgio na cidade litorânea de Les Abricots onde, no final de 1798, Rosalie estava grávida outra vez. No dia 12 de junho de 1799, foi Michel Vincent quem levou o recém-nascido para a igreja paroquial do Cabo Dame-Marie para ser batizado. Ele reconheceu sua paternidade e assinou o registro batismal. O bebê, chamado de Élisabeth, era assim *un enfant naturel* (uma filha natural) porque seus pais não estavam casados, mas não seria registrada como de "pai desconhecido". Mesmo sem a sanção formal, a união de Rosalie e Michel Vincent estava começando a se parecer mais com uma família<sup>69</sup>.

A cerimônia teve tanto a forma quanto a substância de um batismo apropriado. Rosalie agora já era identificada com um nome batismal, Marie Françoise, presumivelmente um reflexo de um batismo recente dela própria. A criança foi chamada Élisabeth, mas, como muitas pessoas de ascendência africana em Saint-Domingue, ela também tinha um apelido, no caso dela, Dieudonné. Houve um padrinho — um homem designado como *le sieur* Lavolaille, que trabalhava como carpinteiro de navios. O uso do tratamento *sieur* (senhor) — que não foi estendido a Michel Vincent — sugere que o padre considerava o carpinteiro como um homem de certa posição social. Houve também uma madrinha, Marie Blanche, viúva Aubert. Ela não recebeu o título de cortesia mas tampouco foi rotulada com algum termo de cor — embora em anos posteriores, e em outro país, ela poderia ser descrita como uma "mulher de cor". Os dois padrinhos parecem ter oferecido certo grau de estatuto ou proteção à criança — Lavolaille com sua respeitabilidade e a viúva Aubert com seus recursos. O carpinteiro logo desapareceu, talvez de volta à França. Mas a viúva iria

<sup>68.</sup> Sobre a retirada dos britânicos, veja Geggus, *Slavery, War and Revolution*, 373–381. Sobre a guerra civil entre Louverture e Rigaud, veja Dubois, *Avengers*, cap. 11, e Fick, *Making of Haiti*, 196–203.

<sup>69.</sup> Uma cópia do ato batismal está em "Rectification de noms d'épouse Tinchant dans son contrat de mariage", 16 de novembro de 1835, Ato 672, Tabelião Théodore Seghers, New Orleans Notarial Archives Research Center.

surgir vários anos mais tarde como a pessoa que cuidou de Élisabeth em outro período de dificuldades<sup>70</sup>.

Quando a guerra civil de 1799 resolveu-se com a vitória de Toussaint Louverture, cuja autoridade agora abrangia todo o território, a vida na casa de Michel e Rosalie parece ter-se acomodado em uma modesta rotina. Michel manteve uma habitação na parte inferior de Jérémie, cujo valor anual do aluguel era cerca de 300 libras. Isso colocava Michel bem abaixo de sua vizinha, a comerciante Marthe Guillaume, a antiga senhora de Rosalie, cujas várias propriedades alugadas na parte superior da cidade lhe traziam milhares de libras por ano. Na verdade, a propriedade de Michel Vincent foi avaliada com o mesmo valor daquela do senhor de Rosalie antes de Marthe Guillaume, isso é, o velho Alexis Couba, e apenas um grau acima daquela do açougueiro Jean Baptiste Mongol. A partir de janeiro de 1802, quando foi realizado o censo da cidade, todos os antigos donos de Rosalie ainda estavam em Jérémie, embora pareça provável que ela e Michel passassem a maior parte de seu tempo no pequeno sítio em Les Abricots<sup>71</sup>.

Michel ocasionalmente ia a um tabelião local para vender outro pedaço de seu lote de terra, que ia diminuindo. Em 1801 ele vendeu terra a compradores registrados como Tomtom e Olive, *cultivateurs* (trabalhadores rurais), quase que certamente ex-escravos. A casa de Michel era agora aparentemente composta dele mesmo, Rosalie, seus filhos e talvez uma empregada doméstica adicional, todos morando muito próximo dos lavradores recentemente libertados da fazenda adjacente do Galbaud du Fort. Poderia ser anacrônico dizer que Michel tinha dessa maneira "atravessado a linha da cor" pois, durante o conflito pelo controle militar e político do sul entre os generais Toussaint Louverture e André Rigaud, nenhuma das partes era vista como branca e a própria brancura não era, sob o governo de Toussaint Louverture, um bastião de privilégio. Mas Michel tinha certamente mudado a estrutura de suas alianças e sua rede de sociabilidade desde seus dias como marido de uma viúva rica em Les Cayes<sup>72</sup>.

O papel de Rosalie na casa é difícil de estabelecer. Não tinha havido casamento, portanto ela não era uma esposa legal. Parece que ela não recebia qualquer pagamento, portanto não era exatamente uma empregada. Mas a escravidão tinha acabado, portanto Michel não tinha qualquer autoridade legal para obrigá-la a permanecer com ele. O termo tradicional *ménagère* (governanta)

<sup>70.</sup> Certidão de batismo em "Rectification de noms".

<sup>71.</sup> Os valores estimados das casas em Jérémie são extraídos dos fólios 4r a 9r do Cadastro de Jérémie, datado Pluviôse, ano X [janeiro de 1802], Supplément Saint-Domingue (daqui em diante SUPSDOM), série 5, documento 5 (5SUPSDOM/5), DPPC, ANOM.

<sup>72.</sup> Veja o documento de venda datado 13 Pluviôse, ano VII [1º de fevereiro de 1799], Tabelião Joubert, pasta 4–13, JP, SC, UFL.

pode ser mais adequado, com a distorção de que Rosalie talvez tenha ajudado Michel a se integrar no transformado mundo social do sul em revolução, em vez de ser simplesmente sua criada doméstica e parceira íntima.

Na cidade de Jérémie, Marthe Guillaume aparentemente continuava a prosperar. Uma de suas casas na Place d'Armes era ocupada por Jean Baptiste Dommage, o comandante militar republicano de Jérémie, que tinha como seu superior imediato Toussaint Louverture. Vários dos tabeliães de antes da revolução continuavam seu trabalho na cidade, embora seus registros agora levassem o lema "Liberdade, Igualdade, Fraternidade" em vez das fórmulas realistas do antigo regime ou da ocupação britânica. A compra, a venda e o aluguel de propriedades — mas não de pessoas — continuavam em um ritmo bastante rápido<sup>73</sup>.

Se é verdade que Rosalie e Michel tenham alcançado certa estabilidade após o nascimento de seus filhos, as coisas foram lançadas em uma situação caótica uma vez mais por uma queda de braço entre Toussaint Louverture e Napoleão Bonaparte. Em julho de 1801, Louverture promulgou uma Constituição para a colônia que reiterava a abolição da escravidão e endossava a igualdade racial, ao mesmo tempo em que reivindicava mais autonomia econômica e política no império francês do que aquela tolerada por Bonaparte. O primeiro cônsul respondeu enviando uma expedição militar com o objetivo de humilhar os generais negros e impor um regime mais apropriado aos interesses dos colonos brancos mais ricos, muitos dos quais estavam agora em Paris clamando pela restituição de seus privilégios. Antes de a filha de Michel e Rosalie — Élisabeth — ter atingido a idade de 4 anos, uma força expedicionária francesa sob o comando do general Charles Victoire Emmanuel Leclerc, cunhado de Bonaparte, chegou a Jérémie. Os expedicionários rapidamente venceram o comandante designado por Toussaint Louverture, Jean Baptiste Dommage, inquilino de Marthe Guillaume<sup>74</sup>.

Era óbvio pelo comportamento de Napoleão Bonaparte em outras partes que ele tinha a intenção de restabelecer a escravidão em Saint-Domingue, embora não o admitisse. Formalmente, a colônia de Saint-Domingue não foi mencionada na lei francesa de 1802 que restaurava a escravidão em sua forma anterior a 1789 nas colônias devolvidas à França pelo Tratado de Amiens. Admitir que a reescravização era uma meta importante da expedição sob o general Leclerc seria prejudicar o general em suas relações com suas próprias tropas "coloniais", muitas delas compostas por homens que tinham sido libertados pela abolição anterior. Isso teria também confirmado as piores inferências que

<sup>73.</sup> Veja fólios 4r a 9r do Cadastre de Jérémie, Pluviôse, ano X [janeiro de 1802], 5SUPS-DOM/5, DPPC, ANOM. Sobre a atividade notarial em geral, veja os registros dos tabeliães Lépine e Joubert em JP, SC, UFL.

<sup>74.</sup> Sobre o contexto para a expedição francesa, veja Yves Benot, *La Démence coloniale sous Napoléon* (1992; repr. Paris, Éditions La Découverte, 2006), 57–98, 359.

poderiam ser feitas sobre as intenções francesas, fortalecendo o apelo de Louverture para mobilizar a resistência armada<sup>75</sup>.

O exército de Leclerc conseguiu ocupar as principais cidades portuárias e ele foi inicialmente capaz de expandir seu controle por áreas extensas da colônia. Ao mesmo tempo, o General articulava para atrair, enganar, ou deportar aqueles que ameaçavam sua autoridade. Apesar de ter preso e deportado Toussaint Louverture, Leclerc não pôde vencer a oposição local à afirmação do poder metropolitano. No começo de 1803 as forças expedicionárias se depararam com insurreições por todo o sul, muitas vezes comandadas por oficiais que tinham servido sob André Rigaud. Essas forças da resistência foram capazes de reunir veteranos de vários contextos, bem como milhares de cultivateurs (ex-escravos de fazendas) decididos a recusar a reescravização. No dia 16 de janeiro, um desses grupos tomou a cidade de Tiburon, ao sul de Les Abricots e do Cabo Dame-Marie, e conseguiu apossar-se da munição armazenada lá antes de ter sido forçado a recuar. Em março, vários grupos de resistência armada já convergiam sobre Les Cayes, onde concordaram em integrar sua luta com aquela do Exército Indígena (Armée indigène) sob a autoridade de Jean-Jacques Dessalines<sup>76</sup>.

A conflagração no sul agora atraiu a total atenção do alto comando francês. O próprio general Leclerc tinha falecido de febre amarela, e o general Donatien Rochambeau passou a comandar as forças francesas. Rochambeau pôs de prontidão 1.200 tropas sob o comando do general Sarrazin com ordens para limpar a rota terrestre de Tiburon até Les Cayes, mas as unidades de Sarrazin se depararam com forte resistência. Reforços franceses chegaram a Jérémie no dia 10 de abril, mas, quando essas colunas tentaram avançar a partir da cidade, elas também foram desviadas pelas forças da resistência<sup>77</sup>.

Quando a luta se aproximou da aldeia de Les Abricots, Michel Vincent fez planos para partir — sozinho — para a França. Sua partida naquele momento teria tido consequências sérias para Rosalie. Se a força expedicionária francesa triunfasse, seria muito provável que a escravidão fosse reimposta sobre aqueles que a revolução tinha libertado. De fato, o general Rochambeau já estava agindo como se a escravidão estivesse no caminho de volta. Mas, para Rosalie, fugir para outra colônia no Caribe seria também correr grandes riscos. Os decretos dos comissários civis republicanos franceses, as conquistas militares de Toussaint Louverture e André Rigaud, e a ratificação da abolição pela Convenção Nacional eram todos vistos pelas outras potências coloniais como atos

<sup>75.</sup> Sobre a situação legal em 1802, veja Jean-François Niort e Jérémy Richard, "À propos de la découverte de l'arrêté consulaire du 16 juillet 1802 et du rétablissement de l'ancien ordre colonial (specialement de l'esclavage) à la Guadeloupe", *Bulletin de la Société d'histoire de la Guadeloupe*, 152 (2009); 31–59.

<sup>76.</sup> Veja Ardouin, Études, vol. 5, cap. 11.

<sup>77.</sup> Ibidem, 5:385.

ilegítimos de violência e não transformações definitivas da lei. Não estava claro se qualquer mudança em estatuto obtida graças à revolução seria mantida se a pessoa ultrapassasse os limites da colônia. Mas para uma mãe solteira de quatro crianças permanecer desamparada em meio àquilo que estava rapidamente se tornando um campo de batalha era arriscar a vida de toda a família<sup>78</sup>.

Com a autoridade e a soberania totalmente contestadas em Saint-Domingue, a própria ideia de estatuto — escravo ou livre — tinha se soltado de suas amarras legais normais. Mas isso não significava que Michel e Rosalie deixaram de se preocupar com a lei. Talvez para persuadir Rosalie a ficar com ele até que partisse, ou talvez por um sentido de obrigação, Michel preparou um documento de alforria que poderia servir como prova de liberdade individual depois de sua partida. Escrevendo sem a ajuda de um tabelião, mas utilizando a linguagem que tinha sido convencional nesses documentos antes da abolição, ele declarou que Marie Françoise, chamada Rosalie, "mulher negra de nação Poulard", e seus quatro filhos eram seus escravos e que ele os libertava. Prometeu também que, se Rosalie decidisse ficar com ele a partir daquele momento, ele lhe pagaria salários por seu trabalho<sup>79</sup>.

O documento, datado de 10 de maio de 1803, é, de muitas maneiras, um escrito peculiar. Não há qualquer evidência de que Michel Vincent tenha sido "dono" de Rosalie como escrava segundo a lei francesa e ele certamente não era seu senhor em maio de 1803, quando todos ainda estavam legalmente livres sob a lei da Convenção Nacional Francesa. Mas, para conceder a liberdade, ele tinha primeiro de reivindicar propriedade. Ele escreveu que desejava que Rosalie e seus quatro filhos pudessem "desfrutar a plenitude da liberdade [...] como os outros affranchis dessa colônia". O termo affranchi (pessoa alforriada) era sob muitos aspectos arcaico em 1803, tendo sido amplamente substituído sob os comissários e sob Louverture pelo termo citoyen (cidadão), mas ele se referia à linguagem original do Código Negro, segundo o qual aqueles que tivessem sido affranchis por virtude de uma alforria deveriam gozar dos mesmos direitos que aqueles nascidos livres. O termo tinha, além disso, sido reintroduzido quando o general Leclerc ofereceu declarar affranchis aqueles homens negros que se juntassem a suas tropas coloniais. Para Michel e Rosalie, a propriedade fictícia e as fórmulas do antigo regime nesse documento tinham aparentemente a intenção de conferir a ela e a seus filhos uma liberdade mais durável e mais defensável que aquela declarada pela Convenção Nacional Francesa. Era de esperar que um regime sucessor ou um regime vizinho aceitassem a declaração de intenção escrita por um

<sup>78.</sup> O plano de Michel para partir para a França é mencionado explicitamente na carta de alforria analisada a seguir.

<sup>79. &</sup>quot;Enregistrement de liberté par. de Marie Françoise", 26 Ventôse, ano XII [17 de março de 1804], fólio 25v, 26r, Actes, déclarations & dépôts divers, 10 Pluviôse, ano XII [31 de janeiro de 1804]-10 Vendémiaire, ano XIII [2 de outubro de 1804] 6SUPSDOM/3, DPPC, ANOM.

homem que se descrevia como um senhor de escravos, fosse qual fosse a política eventual sobre a própria escravid $\tilde{a}o^{80}$ .

A esse documento improvisado também faltava a assinatura de um escrivão — já que os tabeliães oficiais tinham em grande medida fugido da região em maio de 1803, e alguns deles poderiam ter hesitado em autenticar um texto desse tipo, já que ele oferecia um reconhecimento oficial de um direito de propriedade sobre um ser humano, direito este que estava legalmente extinto em Saint-Domingue. Para produzir o texto, Michel parece ter copiado frases de uma carta de alforria padrão, talvez aquela que Rosalie tinha recebido de Marthe Guillaume em 1795, durante a ocupação britânica, e que nunca tinha sido assinada. Sem qualquer certificação oficial, essa nova declaração de liberdade era efetivamente um texto *sous seing privé*, isto é, um texto elaborado pelas partes, mas sem autenticação por uma autoridade legal. É possível que só tivesse plena força se o próprio Michel Vincent estivesse presente para confirmar sua validade, ou se posteriormente fosse registrado de alguma maneira. Mas as circunstâncias eram totalmente desesperadoras, e isso era provavelmente o melhor que podiam fazer<sup>81</sup>.

O documento também enumerava vários elementos da liberdade que Michel disse estar concedendo a Rosalie — como se o simples fato da manumissão não fosse suficiente para garantir que ela poderia realmente ir e vir, cuidar de seus próprios negócios e receber salários, se continuasse a trabalhar para ele. Esse nível de detalhamento refletia em parte qual era a real situação dos exescravos. Já em 1793–1794 os Comissários Civis Sonthonax e Polverel tinham imposto várias restrições ao movimento que podia forçar os recém-libertos a permanecer nas fazendas ou a continuar servindo como domésticos, e em 1800 Toussaint Louverture havia desenvolvido suas próprias regras compelindo os lavradores ao trabalho. Então Leclerc havia chegado e as reais intenções de Napoleão Bonaparte começaram a se espalhar. Quando Leclerc prometeu liberdade àqueles que se alistassem para apoiá-lo, ficou perfeitamente claro que a escravidão era uma possibilidade renovada para quem não o fizesse.

Rosalie e Michel estavam assim criando um documento à sombra de leis contraditórias e das terríveis realidades da guerra. Aos nossos olhos, cientes de que o Haiti acabaria se tornando independente e do movimento de longo prazo que se inclinaria no sentido da destruição da escravidão nas Américas, uma "alforria" realizada uma década após a declaração de abolição pela Convenção Nacional parece algo absurdo, particularmente porque não havia qualquer evidência de que Michel Vincent havia sido "dono" de Rosalie. Mas aquilo que o governo metropolitano na França havia autorizado ele poderia também invalidar, e aqueles que estavam na região não tinham meios de saber como essa luta terminaria. Quando as tropas do Exército Indígena, agindo em concerto com Des-

<sup>80.</sup> Ibidem. Sobre as políticas de Leclerc em 1802, veja Ardouin, Études, 5: 307.

<sup>81. &</sup>quot;Enregistrement de liberté par. de Marie Françoise".

salines, prepararam o ataque final contra as forças expedicionárias francesas em Jérémie na primavera de 1803, o destino da abolição geral em Saint-Domingue estava a ponto de ser decidido. Mas, para Michel e Rosalie, uma alforria individual que lembrava uma prática do *ancien régime* podia ainda parecer mais segura do que a emancipação geral declarada pela França sob a Convenção Nacional, agora solapada pela restauração da escravidão por Bonaparte em outros lugares das Antilhas, juntamente com a reabertura do comércio de escravos no Atlântico. Os dias dos comissários civis republicanos e seus decretos devem ter parecido coisa de uma vida passada. Além disso, se Rosalie se visse obrigada a fugir da ilha, uma declaração escrita por um suposto senhor de escravos provavelmente viajaria muito melhor através das jurisdições do que o decreto de um regime revolucionário contestado. Em uma das últimas linhas do documento, Michel declarava com otimismo que seu ato particular tinha que ter a mesma força como se tivesse sido redigido diante de um tabelião<sup>82</sup>.

Rosalie não foi a única a tentar legalizar sua passagem para a liberdade em um momento de crise. Poucas semanas mais tarde, Charles Daromon, um carpinteiro que estava em uma situação paralela na comunidade vizinha de Grande Rivière, deu um jeito de elaborar um documento semelhante. Nesse caso, um tabelião estava disponível e lhe forneceu a linguagem para formalizar o que ele estava buscando realizar e aquilo que a mulher que o servia tinha esperança de obter. Charles Daromon, escreveu o tabelião, tinha recebido da "cidada Marie Jeanne, negra", "serviços importantes não especificados na época dos maiores alarmes e terrores" e ele desejava recompensá-la por sua lealdade e bons serviços, libertando-a de todo "compromisso" (engagement) para com ele e seus herdeiros. O tabelião se esforçou para evitar usar a palavra "escravidão" que agora era um anacronismo legal, mas descreveu as ações de Charles usando os termos affranchir (alforriar) e manumission (manumissão), ambos termos clássicos para a concessão de liberdade da escravidão. O texto assinalava uma consciência da mudança do lócus da autoridade, enfatizando que seria responsabilidade da própria Marie Jeanne obter qualquer certificação oficial desse ato cartorial. Ela deveria, além disso, adequar seu próprio comportamento às leis estabelecidas e "às leis que podem ser e serão estabelecidas no futuro para pessoas na situação em que ela se encontra e também pelas razões estabelecidas acima"83.

Quando o tabelião de Grande Rivière transcreveu a cópia oficial desse texto em seus registros, não deu a ele o título de *affranchissement* ou alforria. Chamou-o simplesmente de uma "Declaração estabelecendo o estatuto pessoal (*état civil*) de Marie Jeanne". Com efeito, a questão do estatuto pessoal

<sup>82.</sup> Ibidem.

<sup>83. &</sup>quot;Déclaration constatant l'état civil de Marie Jeanne par Charles Daromon demeurant à la Grande Rivière", 8 Messidor, ano XI [27 de junho de 1803], Tabelião Joubert, pasta 4–143, JP, SC, UFL.

tinha agora se tornado importante para todos. Indo adiante em uma zona desconhecida de leis em mutação — ou talvez até de ausência provisória de leis —, relações que tinham contido um componente de reciprocidade, por mais assimétricas que fossem, agora precisavam ser formalizadas de uma maneira que reconhecia essa incerteza. O carpinteiro poderia ter necessidade de manter Marie Jeanne por perto para preservar sua própria saúde ou até sua vida; Marie Jeanne poderia ter necessidade de manter o carpinteiro a uma distância legal para estabelecer sua própria autonomia. Marie Jeanne, Rosalie e muitas outras negociavam nesse momento de crise com escrivães, vizinhos e parceiros íntimos, na expectativa de garantir no papel algo daquilo que elas tinham ganhado por meio da revolução<sup>84</sup>.

Dentro de algumas semanas após a assinatura da carta de alforria, a guerra chegou ao distrito de Les Abricots. Um prefeito francês descreveu a situação sem meias-palavras: "Le Nord est détruit; le Sud est en feu" (O Norte está destruído; o Sul está em chamas). Avanços contra os franceses pelas forças de Dessalines agora eram acompanhados por uma mudança na geopolítica mais ampla do império. O Tratado de Amiens entre os franceses e os britânicos foi rompido na metade de maio e as hostilidades recomeçaram na Europa. O padrão de navegação no Atlântico seria tumultuado conforme a guerra se deslocava para os mares. Michel teve de abandonar seu plano de partir para a França. Considerando a força naval britânica, agora seria quase impossível que as tropas francesas em Saint-Domingue fossem reabastecidas com provisões vindas da Europa<sup>85</sup>.

A combinação de perdas na colônia com a falta de provisões da França deixara a força expedicionária na defensiva diante das tropas que avançavam a partir do baluarte de Les Cayes, deslocando-se para o norte na direção de Jérémie. Para muitos residentes das comunidades na zona de guerra, o puro terror diante do fogo e da luta que se aproximavam substituiu qualquer processo organizado de escolha entre ficar ou fugir. Escrevendo de um amargo exílio posterior nos Estados Unidos, o comerciante e fazendeiro Pierre Chazotte expressou sua fúria em relação ao general francês Sarrazin por não ter conseguido enviar tropas para proteger a população, e se descreveu como tendo supervisionado a evacuação em Les Abricots: "À minha chegada [. . . .] após uma consulta com os moradores presentes, tendo nada mais que duas pequenas embarcações, foi decidido embarcar primeiro as mulheres e crianças brancas e depois as de cor". Sem quaisquer reforços franceses esperados de Jérémie, ele lembra:

<sup>84.</sup> Sobre as maneiras nas quais os tabeliães vertiam as intenções dos declarantes nos moldes estabelecidos pelos documentos oficiais, veja Kathryn Burns, *Into the Archive: Writing and Power in Colonial Peru* (Durham, NC, Duke University Press, 2010). Sobre estratégias semelhantes para formalizar a liberdade, veja Dubois, *Colony of Citizens*, 374–378.

<sup>85.</sup> Ardouin, Études, vol. 5, cap. 11.

abandonamos a aldeia de Abricots no momento em que uma coluna de mil negros entrava correndo nela, com tochas acesas em suas mãos. Do alto das colinas onde estavam as plantações de café dos herdeiros *Pauver*, contemplamos a aldeota sendo devorada pelo fogo e todas as coisas valiosas depositadas nela pelos fazendeiros vizinhos reduzidas a cinzas.

Navios britânicos estavam rondando o Canal do Vento, e refugiados que tinham subido nos barcos em Les Abricots só podiam esperar que os capitães conseguissem fugir para o reduto seguro mais próximo em Cuba. Aqueles que não puderam encontrar espaço nos barcos se arrastavam com seus pertences pela estrada de terra na direção de Jérémie<sup>86</sup>.

Do ponto de vista do general Dessalines e de subsequentes historiadores haitianos, essas batalhas no sul foram parte de uma guerra muitas vezes cruel que posicionava suas forças contra aquelas de uma potência colonial brutal. No começo de julho de 1803 o Exército Indígena marchou em duas colunas na direção do porto de Jérémie e as tropas francesas, com alguns infelizes aliados poloneses, desesperadamente tentaram ganhar tempo. Apanhados no meio daquilo, muitos dos civis que tinham se refugiado em Jérémie já estavam procurando encontrar uma passagem em algum tipo de navio, com a esperança de chegar a Santiago ou a Baracoa em Cuba. Logo a evacuação era geral, com tropas e civis lutando para descobrir uma saída durante um breve cessar-fogo. Uma capitulação formal por parte dos franceses, possibilitando uma ocupação relativamente pacífica da cidade pelo Exército Indígena, ocorreu nos primeiros dias de agosto<sup>87</sup>.

Para os refugiados que fugiram da colônia durante essa primavera e esse verão, a questão de estatuto e condição — e particularmente se uma pessoa uma vez libertada poderia se tornar um escravo novamente — iria se ampliar muito, conforme eles se deslocassem para a colônia espanhola de Cuba. Cuba havia fornecido refúgio no passado para exilados que fugiam da luta em Saint-Domingue, mas as autoridades espanholas que lá estavam agora tinham uma profunda suspeita dos regimes revolucionários tanto da França quanto de sua colônia e das políticas que eles haviam introduzido.

Sobreviveria a "liberdade natural" reconquistada por aqueles que tinham sido escravizados na colônia francesa a uma mudança de jurisdição? Se não, então para Marie Françoise, chamada Rosalie, a liberdade poderia em breve ser tão tênue quanto uma folha de papel, garantida apenas pelo documento escrito a tinta por Michel Vincent.

<sup>86.</sup> Peter S. Chazotte, *Historical Sketches of the Revolutions and the Foreign and Civil Wars in the Island of St. Domingo* (New York, Wm. Applegate, 1840), 32–34.

<sup>87.</sup> Veja Thomas Madiou, *Histoire d'Haiti*, vol. 3 (Port-au-Prince, Éditions Henri Deschamps, 1989), 66–68; Jan Pachonski e Ruel K. Wilson, *Poland's Caribbean Tragedy: A Study of Polish Legions in the Haitian War of Independence, 1802–1803* (Boulder, CO, East European Monographs, 1986), caps. 4 e 5.